



**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE
HISTÓRIA**

MATHEUS LUCIANO DE MELO

QUE NÃO NOS FALTE CAFÉ:

reflexões preliminares sobre a precarização do trabalho docente, no
âmbito privado, diante da sociabilidade do capital e do
empresariamento da educação

Rio de Janeiro

2022

Matheus Luciano de Melo

QUE NÃO NOS FALTE CAFÉ:

reflexões preliminares sobre a precarização do trabalho docente, no âmbito privado, diante da sociabilidade do capital e do *Empresariamento* da educação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador(a): Professor Dr. Leonardo Leônidas de Brito

Rio de Janeiro

2022

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

M528 Melo, Matheus Luciano de

Que não nos falte café: reflexões preliminares sobre a precarização do trabalho docente, no âmbito privado, diante da sociabilidade do capital e do empresariamento da educação / Matheus Luciano de Melo. — Rio de Janeiro, 2022.

75 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Leonardo Leônidas de Brito.

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática docente. 3. Base Nacional Comum Curricular. 4. Materialismo dialético. I. Brito, Leonardo Leônidas de. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Matheus Luciano de Melo

QUE NÃO NOS FALTE CAFÉ:

reflexões preliminares sobre a precarização do trabalho docente, no âmbito privado, diante da sociabilidade do capital e do *empresariamento* da educação.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em 30 de Setembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Leônidas de Brito (Orientador)
Especialização em Ensino de História/ Colégio Pedro II

Prof. Dr. Júlio Paixão Santos
Especialização em Ensino de História/ Colégio Pedro II

Prof. Dr. Otávio Augusto Cunha
PPGH/UFF

*À Verônica Nascimento e a nossa
pequena e radiante Elis, com as quais
compartilho minha vida e as felicidades.*

AGRADECIMENTOS

Não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar/ É ele quem me carrega como nem fosse levar

Recorrendo as letras de Paulinho da Viola (em Timoneiro), desta vez para dizer que o processo que a materialização deste projeto não foi nada linear e se saiu com grandes desafios sejam eles conjunturais: como os ataques promovidos à classe trabalhadora, em pleno Governo Bolsonaro e de inúmeras preocupações objetivas resultantes disso, bem como à nível pessoal e familiar, como a total virada em nossas vidas ocasionada com o nascimento de Elis.

Ao mesmo tempo, para navegar nesses mares bravios, ressalto a importância de inúmeras pessoas queridas que foram fundamentais para a conclusão deste projeto pessoal e acadêmico.

Aproveitando, desde já, como pai, a felicidade de ter Elis e por ter me transformado numa outra pessoa, muito diferente do que fui meses atrás. É uma experiência sem igual poder te acompanhar diariamente toda sua felicidade e evolução, filha!

Agradeço a todo corpo docente do Colégio Pedro II pela oportunidade de convivência e aprendizado ao longo da pós-graduação. Ao seu coordenador e professor Júlio Paixão pelo aceite de fazer parte da banca.

Agradecimento em especial, ao meu orientador, Leonardo Brito, por toda sua atenção e indicações precisas no desenvolvimento deste trabalho. Também, por toda a sua boa vontade e entendimento em relação a complexidade daquele mar que me foi apresentado. Muito obrigado, camarada!

Ao professor Dr. e também amigo Otávio Cunha pelo aceite de participar da banca e pelo incentivo!

Agradeço à minha companheira, amada e amiga, Verônica pela compreensão de todo processo caótico que nos acompanhou durante a elaboração deste projeto. É uma conquista nossa! Muito obrigado por ter me ajudado nesta caminhada e em outras mais que estão por vir.

Agradeço muito à minha sogra, Dona Maria, por todo o suporte e ensinamentos que tem nos proporcionado nestes últimos tempos. Assim como o carinho e atenção para conosco.

Aos meus pais, Jansem e Marta, e minha irmã, Taynara por todo o apoio de

uma vida inteira e a me ajudarem a ser quem eu sou! Sobretudo a minha mãe, com quem aprendi a 'tomar gosto' pela profissão.

À Drielly Lopes, um achado precioso nestes tempos pandêmicos e neste processo! Que, através de seu trabalho, tem me ajudado a compreender a vida com paciência e menos rugas.

Por fim, como existo numa coletividade, agradeço meus amigos e amigas pelos incentivos na retomada dos estudos, pelas contribuições inúmeras, sejam de ordem profissional e/ou pessoais, bem como a esperança de esperar de um novo tempo onde o seres humanos prevaleçam em detrimento do mundo das coisas! Camaradas, meus sinceros agradecimentos!

[...]
Hoje eu quero apenas
Uma pausa de mil
compassos para ver
as meninas
E nada mais nos braços

Só este amor
Assim descontraído
Porque hoje eu vou fazer
Ao meu jeito eu vou fazer
Um samba sobre o
infinito

(Para ver as meninas- Paulinho da Viola)

RESUMO

MELO, Matheus Luciano de. **Que não nos falte café:** reflexões preliminares da precarização do trabalho docente, no âmbito privado, diante da sociabilidade do Capital e do *Empresariamento* da educação. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2022.

O presente trabalho tem por objetivo discutir e refletir sobre os fundamentos e tendências da precarização do trabalho docente em curso, em especial o destinado ao trabalho do professor de história, buscando compreender seu movimento, suas bases materiais e relações históricas. Dispondo do método materialismo histórico-dialético, demonstramos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e a totalidade das 'contrarreformas educacionais' recentes estão em conformidade com quadro de *hiperativismo* das frações burguesas na educação brasileira. Empreendendo, ao mesmo tempo, um claro ataque ao professorado, ao Ensino de História crítico e reflexivo em conjunto com cerceamento da autonomia docente bem como sua desintelectualização. Dada a complexidade do tema e os limites do trabalho, os resultados aqui demonstrados ainda são preliminares.

Palavras-chave: Ensino de História; Empresariamento da Educação; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Precarização do trabalho docente; Materialismo Histórico;

ABSTRACT

MELO, Matheus Luciano de. **Que não nos falte café:** reflexões preliminares da precarização do trabalho docente, no âmbito privado, diante da sociabilidade do Capital e do *Empresariamento* da educação. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2022.

The present work aims to discuss and reflect on the foundations and trends of the precariousness of the teaching work in progress, especially that destined to the work of the history teacher, seeking to understand its movement, its material bases and historical relationships. Using the historical-dialectical materialism method, we demonstrate that the National Curricular Common Base (BNCC, 2017) and the totality of recent 'educational counter-reforms' are in accordance with the hyperactivism of bourgeois fractions in Brazilian education. Undertaking, at the same time, a clear attack on the professorship, on the Teaching of History critical and flexive in conjunction with curtailment of teaching autonomy as well as its desintellectualization. Given the complexity of the topic and the limits of the work, the results shown here are still preliminary.

Keywords: Empresariamento of education; Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAVE- Associação Brasileira de Avaliação Educacional

ABAG- Associação Brasileira pelo Agronegócio

APH- Aparelhos Privados de Hegemonia

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CIEPs- Centro Integrado de Educação Pública

CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

LDB- Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC- Ministério da Educação

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Federais

REDUCA – Organização da Sociedade Civil pela Educação na América Latina e Caribe

ONG's- Organização não governamentais

PNE- Plano Nacional de Educação

SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAERJ- Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro

TPE – Todos pela Educação

TCH- Teoria do Capital Humano

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. PROFESSORES DE HISTÓRIA DIANTE DA SOCIABILIDADE DO CAPITAL E A QUESTÃO EDUCACIONAL	22
3. “A SOCIEDADE E O ESTADO ESTÃO CONJUGADOS PARA CUIDAR DA EDUCAÇÃO DO BRASIL: APONTAMENTOS SOBRE O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	34
3.1 As modificações da BNCC para o ensino de História e o que se pretende ensinar.....	49
4. AS TENDÊNCIAS E FORMAS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O ENSINO DE HISTÓRIA.....	57
5. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO PEDAGÓGICO	67
5.1 <i>Cafezinho do professor</i>	67
5.2 Atividade B: “Ciclo de palestras sobre a precarização do trabalho docente e a BNCC”	68
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS	73

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que se segue pretende examinar a precarização do trabalho docente em história, em especial no âmbito privado, tendo o recorte histórico na Democracia recente (1988-2022). Contexto pelo qual se verifica o aumento dos interesses mercantis e privatistas na Educação, ao mesmo tempo em que se educa para as novas condições e expansão da precarização do trabalho no Capitalismo tardio, e significativa transformação das condições de vida e trabalho docentes acompanhadas pelas transformações no mundo do trabalho pós-fordista.

Ao tangenciarmos o trabalho docente, trabalharemos com a categoria precarização do trabalho como categoria que abarca as condições de trabalho nestas circunstâncias históricas. Entendendo a precarização do trabalho não é apenas como condição atual no Capitalismo, pelo contrário, e sim como base das relações que derivam a partir da exploração do trabalho e nos esforços cobrado cada vez maiores sob a imensa maioria da classe trabalhadora afim que o capital se reproduza.

Neste sentido, as modificações nas formas de controle do trabalho docente, a diminuição das condições salariais e a metrificação dos ritmos de trabalho incidem no ensino de História e no trabalho do professor. Ao tratarmos do ensino de História, temos observado, especial, a partir da BNCC (2017 e 2018), um contingenciamento de possibilidades críticas de trabalho dentro de sala de aula em detrimento de um modelo de educação voltado para aplicabilidade dos conteúdos, com base no neotecnicismo. Tem se buscado, então, transformar o professor trabalhador, não sem disputas, em meros replicadores de conteúdo- previstos pelas apostilas e sistemas de ensino privados- em detrimento da Educação crítica e com autonomia aos professores.

Como objetivo geral pretendemos aqui, a partir da análise da totalidade das circunstâncias históricas atuais, indicar a condições e contradições enfrentadas pelos docentes de história. O segundo objetivo é a apresentação e debate das sobre a precarização do trabalho docente a partir de levantamento e discussão bibliográficas. Em especial, os interesses empresariais se dão cada vez mais pelos sistemas apostilados e pela cobrança cada vez maior para com o trabalho, sobretudo a partir da elaboração da Base Nacional Comum Curricular (2017 e 2018), das formas de aplicação dos conteúdos por ela elaboradas.

A partir da discussão sobre a precarização do trabalho docente, busca-se

também elaborar uma reflexão da práxis docente em suas condições atuais de empresariamento da educação, possibilitando -em viés de denúncia e mobilização continua- a transformação da realidade enfrentada pelos professores das escolas, de âmbito privado da educação.

Como resposta a precarização do trabalho do professor de história, buscamos uma contraposição aos currículos tradicionais da disciplina que insistem em distanciar o aluno do seu tempo histórico bem como reforçam as contradições da sociedade capitalista. Relacionando, desta forma, a educação crítica e humanista, com sentido político, que vise a emancipação humana no seu sentido pleno.

O ritmo cadenciado e dialético do samba de Paulinho da viola (na epígrafe) nos toma possibilita repensar os momentos quando se é possível 'tentar parar o tempo e fazer um samba sobre o infinito' para aproveitar o tempo livre. De maneira sem igual, a aceleração do ritmo da produção capitalista tem interferido constantemente e 'atropela' as formas objetivas e subjetivas da vida do trabalhador¹, no Capitalismo Tardio. Com isso, a vida de quem trabalha se situa numa eterna correria ou *corre*: constante busca e brutal por formas e meios de sobrevivência (seja se mantendo em trabalhos com condições cada vez mais precárias ou tentando encontrar trabalho) (ANTUNES, 2018), em meio a cada vez mais brutal concentração dos recursos sociais de produção em meio à crise estrutural do capital (MESZÁROS, 2009).

A forma de ser do capitalismo transforma seres humanos e sua sociabilidade em coisas a serem exploradas, a partir dos processos que compreendem a alienação. Expropriando os seres humanos das condições não apenas de sua sobrevivência combinando com o não reconhecimento da sua integralidade destas mesmas formas de sociabilidade; o estranhamento. (MESZÁROS, 2016)

E não tem sido diferente para o professorado. Dessa forma, o texto a seguir parte de uma série de inquietações e observações críticas, após quase uma década de experiências como professor de História em Instituições da Rede Básica de Ensino privado na Região metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, entendemos como fator importante que articula esta pesquisa aos objetivos de um trabalho final para Pós-Graduação, em Ensino de História, desenvolvendo-se a capacidade de relacionarmos

¹ Tema explorado por E.P. Thompson (1998); uma vez que boa parte da vida do trabalhador é destinado ao trabalho e sequestra seu tempo de vida em função da sua sobrevivência, o tecido da sua vida, seria fora do mundo do trabalho/emprego e está relacionado no samba do Paulinho da Viola.

a teoria e prática, os conhecimentos próprios de sua área de atuação e ao mesmo tempo, a ampliação dos saberes comuns a outras ciências, sendo esta atuação uma forma de aprofundar e comprovar construções teóricas e recriar o conhecimento científico. Neste sentido, ao abordarmos as condições do exercício da nossa profissão, nos transportamos para a temática visceral da precarização docente.

Como pretensão, neste ensaio me debruço a respeito consequências da expansão capitalista em curso suas relações com a precarização do trabalho docente, nas formas contratuais de trabalho, da superexploração do trabalho com prejuízos a qualidade de vida do professorado e da sua atuação em sala de aula. E ainda, como esta expansão altera as propostas curriculares prescritas² para o ensino de história e reforça um tipo de professor, requerido pelo mercado de trabalho: o professorado de novo tipo.

Ao longo da pesquisa, que resultou neste artigo, foi organizada a partir da bibliografia relacionada à temática. Nos deparamos com múltiplas abordagens sobre a questão da precarização e suas relações: seja a partir dos componentes curriculares, da formação docente, das relações de trabalho e das condições de atuação passando aos níveis da abordagem do mal-estar docente às muitas formas de adoecimento professoral em decorrência da precarização do trabalho.

Ao abordarmos este tema, a entendemos como um problema constante e complexo que se desenvolve na sociedade das mercadorias, pela qual confluem: o processo de perda relevância social do professorado frente ao empreendimento empresarial mercantil na educação e do entendimento da escola neoliberal enquanto mercadoria e espaço de condução da alienação. Como projeto hegemônico, neste sentido, a escola neoliberal é tomada pela lógica de *gestão gerencialista*, “padronizada”, utilitarista e com competências indispensáveis a serem ensinadas ao alunado que serão usadas no mundo do trabalho em meio a um cenário cada vez mais incerto bem como da valorização do trabalhador. (LAVAL, 2020)

A base ideológica dessas ações está diretamente relacionada com a “Teoria do Capital Humano” (TCH) pela qual, segundo o professor Roberto Leher, esta é a “elaboração mais sofisticada em prol da educação capitalista”, tendo a Universidade de Chicago como polo de convergência, entre os conhecidos intelectuais neoliberais

² Aquele definido a nível nacional nos documentos oficiais como leis, normas e diretrizes nacionais, livros didáticos, propostas curriculares, como em nível local nas escolas como os planos de ensino e planos de aula feitos pelos professores de História.

(como Schultz, Friedman, Becker). Assim, “a educação ocupa um lugar estratégico capaz de produzir ganhos adicionais para o capital, desde que- a socialização (no sentido Durkheimiano) seja bem orientada e o adestramento profissional seja congruente com as demandas do capital.” (LEHER, 2014 p.1)

Num breve balanço: no Brasil, esta concepção tecnicista de educação chega em conjunto com a Aliança para o Progresso³, como forma de combater os movimentos sociais e culturais crescentes da década de 1960.

Posteriormente, com o golpe empresarial-militar de 1964, a educação

[...] passa a ser tema Chicago boys, da Aliança para o Progresso-que passou a enfrentar mais diretamente o “perigo que representava o marxismo nas universidades brasileiras- e dos “reformadores” da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e do Conselho de Educação (agora fortalecido com a ditadura). (LEHER, 2014, pp.1 e 2)

Promovendo uma contrarreforma educacional com penetração nas leis educacionais voltadas para a repressão ao Marxismo nas Universidades (Lei 5.540/68) e para a educação básica, via Lei 5.692/71, referenciadas abertamente pelo TCH, defendendo a profissionalização obrigatória e massiva do Ensino Médio (na época Segundo grau). Excluindo-se assim as possibilidades de uma educação crítica; esta era forjada para o trabalho e a preparação da força de trabalho em meio a ditadura empresarial-militar (1964-1985).

No contexto posterior e em meio às transformações no capitalismo global, desfavorável aos trabalhadores, as frações burguesas- por meio do Estado- promovem profundas transformações na educação da classe trabalhadora. Em conformidade com as transformações no mundo do trabalho, novas formas de controle são implementadas a partir da escola como preparo ao jovem trabalhador.

Aos professores, o aumento exponencial de formas de controle produtivista,

³ Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Consultado em dicionário FGV. GIL, F. *Latinoamerica*; SKIDMORE, T. 1966 *Brasil*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>, consultado em 08 Set.2022

centradas ao mesmo tempo no fortalecimento do neotecnicismo⁴ e por outro, na individualização do processo educacional voltado para os resultados através de avaliações externas (LAVAL, 2020). De modo mais recente, encontramos na última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) o parâmetro em relação ao seu trabalho, uma vez que estabelece metas para que os professores de todo o Brasil cumpra os currículos propostos pela Base, e se o professor foi capaz ou não de ensinar as capacidades esperadas “skills”⁵ para as respectivas etapas e ciclos da educação básica. Mas como isto será aferido?

A partir das avaliações externas, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica brasileira (IDEB)⁶, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)⁷, Sistema de Avaliação da Educação Básica da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ)⁸, entre outros, que dão acesso às linhas de créditos escolares pressionando as escolas públicas a se adequarem às regras e condicionam o salário do professor aos resultados destas avaliações; e o próprio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)—no caso das escolas privadas- fatores condicionantes para *metrificação do trabalho docente*.

Isto é, afinal, “do que adianta o professor ter vários cursos, se aperfeiçoar se o professor não consegue ensinar aquelas competências e habilidades para os alunos?”⁹

⁴ Relacionada às avaliações de larga escala, com base nos conceitos de eficiência, produtividade e qualidade.

⁵ Termo vastamente utilizado por Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna, uma das organizações basilares nas reformas educacionais recentes, ao se referir das Competências desejadas pelo discentes e futuros trabalhadores. em entrevista à BBC NEWS, em junho de 2019, intitulada “Brasil ainda não fez lição de casa do século 19” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tuJdmM7ebQw> , acesso em 30 de ago. de 2022

⁶ Criado em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica brasileira, é um instrumento de metrificação importante para avaliar os “padrões” escolares, conforme os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Consultado de <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>, acesso em 04 de set. de 2022

⁷ Conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Consultado em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>, acesso em 01 de set. de 2022

⁸ Tal como o SAEB, só que replicado nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro. Extinto após o movimento das ocupações das escolas públicas pelos alunos em conjunto com os professores, em 2016.

⁹ Se refere a conclusão da empresária, na referida entrevista à BBC, sobre a importância do professor no processo educacional. Ao longo desta entrevista, a empresária pautou a *gestão ineficiente* do Estado brasileiro como um dos fatores causadores principais dos problemas educacionais brasileiros. Quando perguntada sobre os baixos salários dos professores, realçou que esta questão (*que as*

Desta forma, constatamos que:

na educação básica, este processo vem ocorrendo por meio de uma miríade de iniciativas articuladas que pretende erodir os últimos fundamentos públicos da educação em prol de uma escola em que o que é dado a ensinar está limitado a livros didáticos e, cada vez mais, a apostilas elaboradas por corporações que, no lugar de conhecimentos científicos, veicula os referidos descritores de competências a serem aferidos pelos sistemas centralizados de avaliação que dão suporte ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). (LEHER, 2014, p.3.)

Ainda que a precarização seja um processo heterogêneo, no entanto, abrange todos os níveis e etapas da educação, em especial com maior voracidade a Educação básica e dada as especificidades mercantis, principalmente no setor privado. Dada as condições constantes de instabilidade e fragilidade das relações trabalhistas, bem como as tendências de *pjotização*, terceirização e quarteirização dos sonoros acordos coletivos em detrimento da CLT, sendo a base da constituição das novas formas flexíveis de acumulação abrangendo o processo pós-Fordista (HARVEY, 2017).

Devido aos grandes patamares elevados de concentração da propriedade capitalista- os recursos sociais de produção- o capitalismo produz uma massa de trabalhadores sem direitos de um grande exército de mão-de-obra industrial ou super população relativa¹⁰, que são expropriados, e tem suas relações trabalhistas exploradas em um processo de *uberização do trabalho*¹¹ (FONTES, 2017).

Assim, as condições da precarização docente -como a lógica do trabalho no capitalismo recente- encontram suas raízes nas contradições do movimento de expansão capitalista, tendo o lucro imediato como sua razão final, bem como a

peçoas tanto reclamam) também poderia ser resolvida caso o primeiro fator fosse resolvido. No desenrolar desta resposta, enfatizou 1. *Não existiria correlação dos baixos salários dos professores, a partir do caso da Malásia* e depois, 2. da importância do professor como uma *alavanca central* para resolver o problema da educação, pois *70% do resultado de aprendizado está relacionado ao professor e a qualidade do professor*. 3. *A carreira docente deveria ser pautada por méritos, pautados no resultado do aprendizado do aluno*.

Alfabetização no primeiro ano; investimento em professor; gestão; “evidência científica” compunham as quatro alavancas, defendidas por ela, para que a educação tome um rumo “adequado”.

Sobre o caso citado na entrevista,

<https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/jovens-de-brasilia-colocam-fogo-em-indio-pataxo-1590807.ghtml>, acesso em 05 de set 09 de 2022

¹⁰ Superpopulação Relativa ou o Exército Industrial de Reserva (EIR) refere-se a parte do proletariado que não é inserida no mercado de trabalho, pois tal parcela, essencialmente, é condenada a uma “ociosidade forçada em virtude do trabalho excessivo de outra parte” da classe trabalhadora e é funcional ao Modo de Produção Capitalista (MPC) na medida em que força de sobremaneira a redução do valor da mercadoria força de trabalho, já que mantém a sua oferta patamares superiores ao demandado pelo Capital (MARX, 2017, p.716)

¹¹ No Brasil, a categoria tem sido utilizada por FONTES (2017) e ANTUNES (2018) para classificar e possibilitar a compreensão das novas relações de trabalho predatórias e sem contrato, amplamente explorado por diversos aplicativos- tendo a *UBER* como referência.

irracionalidade que o acompanha, na acumulação massiva capitais¹² e na destruição da própria humanidade. E ainda, para o professorado, a precarização traz inúmeros desafios ao seu trabalho dentro de sala, uma vez que se requer um professorado adaptado as contradições e condicionado ao ensinar pelas capacidades. Em resumo, a precarização possibilita -como uma forma de estratégia mais ou menos organizada- de corroborar para que as novas formas hegemônicas sejam implementadas. Pois, caso isto não seja feito, o professorado sofrerá as consequências e constrangimentos inúmeros; como o principal, ficar sem trabalho.

Temos como referencial teórico o materialismo histórico dialético como Meszáros (2001; 2009;2016) e Gramsci (2001;2007) por entender que a totalidade histórica se circunscreve num movimento contraditório produzido pela luta de classes, sendo esta metodologia capaz de compreendê-la.

Para melhor compreensão do objeto, dividimos o texto em três momentos, apenas por uma questão explicativa, sendo, no entanto, parte do mesmo movimento. No primeiro momento, Professores de História diante da *sociabilidade do capital e a questão educacional*, a partir do diálogo entre TARDIFF (2001) e a categoria de intelectuais em Gramsci proponho pensar a especificidade do trabalho docente que- enquanto trabalho no capitalismo- possui contradições frente às formas de reprodução objetiva e subjetiva do capital são pulverizadas e disputadas em vários espaços, como a escola.

Com lastro teórico de Karl Marx e Itsván Meszáros, discutiremos a centralidade do trabalho como produto dialético da humanidade e as transformações provocadas pelo capitalismo- tendo da alienação e do estranhamento- como seus fundamentos de desumanização e educação. Ao fim, aponto rapidamente os horizontes que podem se construir na luta pela humanização – e do professorado, como parte integrante e fundamental, com objetivos da retomada da sua integralidade pelo seu processo de educação.

Se partimos da premissa que a lógica capitalista aliena o elemento humano transformando-a em mercadoria, observarmos a atuação das frações burguesas nos últimos trinta anos em direção a este sentido e seus projetos a disputa pela educação

¹² Durante a pandemia do coronavírus, um bilionário surgiu a cada 26h. VER < <https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/> , acessoO em 30 de ago. de 2022

como parte do seu projeto. Assim, num segundo momento do texto, em “A sociedade e o Estado estão conjugados para cuidar da educação do Brasil”: apontamentos sobre o empresariamento da educação brasileira e as consequências da Base Nacional Comum Curricular (2017) no componente curricular de História -a partir da categoria de Empresariamento de novo tipo- (FONTES, 2010) discutiremos o hiperativismo das burguesias brasileiras pelo qual se expande e converte todas as atividades da vida social em meios de lucratividade e meios para propagar -em movimento- a ideologia dominante.

À luz da obra de (ANDRADE; MOTTA, 2020) entendemos que processo de *mencantilização, mercadorização e subsunção* e ação das frações burguesas na Educação Brasileira circunscrito no tempo presente agem diretamente para precarizar o trabalho docente em razão dos seus projetos de dominação. Quando as ações do empresariado brasileiro e suas agências em torno da formulação e implementação das políticas públicas e a disputa por dentro do Estado para seus projetos políticos não são recentes e possíveis de serem observadas em diversos tempos históricos. A fração mais tradicional da burguesia brasileira de caráter sócio liberal¹³, que ganha mais corpo e se cristaliza sobretudo a partir da composição empresarial do Movimento Todos Pela Educação (TPE), 2005, sendo este capaz de organizar os interesses antes fracionados e se tornando-se uma grande *Think Tank* da educação brasileira (MARTINS, E.; KRAWCZYK, N. K, 2016).

Em especial, apontaremos a atuação do TPE nesta última década em torno da proposição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e como isso implicou na redação da base referente à componente de História. Depois, em “Professor, quando iremos estudar os acontecimentos do tempo presente? Será que isso vai demorar acontecer?”: as modificações da BNCC para o ensino de história e o que se pretende ensinar? Tomaremos na como fonte primária, iremos analisar os seus principais pressupostos teóricos, suas pretensões e as imposições no campo do Ensino de História para a Educação Básica.

A última parte deste trabalho tem por função apresentar as tendências de precarização docentes e como isto se torna problemático dentro do campo de ensino de História. Com isso, a partir de LAVAL (2020) e (SILVA 2018; 2019) apresentaremos as formas e tendências de precarizações: que são constantemente fomentadas com

¹³ Categorização feita em Lamosa (2020).

a *mercadorização* da educação e o professorado, “no trabalhador da educação”. Bem como apresentaremos a categoria do *preariado docente* e apontaremos como a precarização atual em direção a aplicação da BNCC, trazendo consequências para a nossa área.

2. PROFESSORES DE HISTÓRIA DIANTE DA SOCIABILIDADE DO CAPITAL E A QUESTÃO EDUCACIONAL

Parto de uma pequena historietta professoral que envolve ensino e a exploração do trabalho no capitalismo.

Quando me é permitido, ao longo das minhas aulas sobre a Economia cafeeira no Brasil do Segundo Reinado e as relações com as condições de vida e as intermináveis jornadas de trabalho do operariado no séc. XIX¹⁴ - como recurso didático- costumo “quebrar o clima” perguntando aos alunos se algum deles já esteve em alguma sala dos professores. E se sim, o que se geralmente observa e não pode faltar?”

A resposta é unânime:

“- Até pode não ter água, mas a garrafa térmica de café estará de fácil acesso a todos.”

E depois, com ironia, conduzo com “e mais, se não tiver café, não tem aula”.

Ao quebrar essa barreira histórica, a cena costuma gerar algum espanto¹⁵ e reflexão por parte dos discentes em relação à condição do trabalhador no Capitalismo. Pois, como se sabe, na segunda metade do século XIX para o início do XX, em meio ao contexto da Segunda Revolução Industrial, houve forçosa indução do consumo de café em detrimento da coibição do consumo de bebidas alcoólicas, que passam a ser oficialmente proibidas. Como pano de fundo, a intensificação dos ritmos de trabalho, das altas jornadas de trabalho e o aumento das demandas produtivistas constantes do Capital- seja no *Fordismo/Taylorismo*- pelo qual a burguesia educava os seus trabalhadores a ingerir a substância estimulante para sobreviver às condições degradantes.

O café produziu riquezas para os “Barões do café” aqui, a partir da concentração de terras e da exploração do trabalho escravista. Ao mesmo tempo em que alimentou a exploração do sangue e suor do operariado industrial para- a partir do seu trabalho- produzir riquezas que não os pertencia e enriquecer a burguesias

¹⁴ Balizado no conceito de Segunda Escravidão, formulado por Dale Tomich, ao conseguir relacionar o auge da escravidão no Brasil independente com a expansão do Capitalismo Mundial, em sua segunda fase. E no Brasil, Ver: MARQUESE, Rafael; R. SALLES (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos*. RJ, 2016. *Civilização Brasileira*

¹⁵ Compartilho aqui uma impressão: me parece que os alunos de Instituições privadas, costumam desconhecer ou ter pouco conhecimento da realidade das condições de trabalho e salariais dos seus próprios professores, numa tendência clientelista.

Europeias e Norte americanas. Apesar de estarmos falando da condição do trabalhador, sabemos da enorme distância histórica entre o trabalhador da Indústria no século XIX e do professorado atual, sob vários aspectos bem como nas especificidades do trabalho. Sendo, todavia, a centralidade do trabalho e a alienação no Capitalismo avançam e se impõe como fio condutor da vida de quem trabalha (MESZÁROS, 2009).

Falar sobre a categoria trabalho é ao mesmo tempo da produção da sociabilidade humana que é modificada no capital com a finalidade da extração de mais valor. Pela qual o tempo, vida e trabalho compõe uma forma do ser e da sociabilidade no Capitalismo. Dessa forma, se os docentes estão ligados ao processo de aprendizagem, existe alguma relação do trabalho docente e das condições de perpetuação do capitalismo, em meio à crise do capital?

O trabalho professoral está atrelado ao processo formal da educação e ao mesmo tempo, é na educação um dos elementos que compõem diretamente a produção social da força de trabalho e da formação de métodos e controle político, sendo, portanto, seus elementos constitutivos. Ressaltando que a educação formal por si só não basta, sendo acompanhada por formas de coerção.

Dessa forma, pensar as formas de dominação na lógica do capital é pensar além das formas de perpetuação objetiva, na infraestrutura, e também nas disputas das frações que- em movimento- tentam refazer os elementos da subjetividade do capital pelo qual,

O trabalho (a atividade) é louvado e reafirmado na educação escolar, na educação profissional, nas empresas e na propaganda, onde se procura extrair uma vocação, um impulso interno a cada ser singular que o justifique e conforte na tarefa que deverá cumprir. Também é louvado como emprego, enquanto trampolim para o sucesso e valorizado positivamente como expressão da própria subjetividade. (FONTES, 2017.p.47)

Então um duplo movimento atravessa os elementos da profissionalidade docente: o fato do espaço da profissionalidade docente estar atrelado a “educação formal” - da escolarização; onde saberes, valores, concepções de mundo estão em constante disputa e historicamente tem sido um dos espaços da reprodução da sociabilidade do Capital, *reificada*, pelo qual se educa para trabalho. Além disso, a educação, uma vez que a tendência geral do capitalismo é tornar todos os elementos da humanidade e da natureza em formas de propriedade- *mercadorização*. Embora não esteja diretamente atrelada à lógica produtivista, os professores -como

trabalhadores da educação-detêm um saber que, no capitalismo, lhes são constantemente expropriados e estão sob variadas formas de controle e seguem em constante vigilância.

O trabalho é a categoria fundante nas relações sociais e na concepção da existência da própria humanidade. E para os educadores, também constrói sua profissionalidade e ao mesmo tempo, sua identidade perante o mundo e das suas mediações frente às contradições.

Por mais que a profissionalidade docente seja algo em constantemente reformulado, requerido e debatido conforme o tempo e o espaço circunscrito, sua definição concorre na direção do exercício do seu trabalho e de estar atrelada ao processo de institucionalização da “educação formal”: da sua agência sobre o processo didático-pedagógico. O que fazem os docentes?

O trabalho docente é compreendido, assim, pelo processo educacional [daquilo que se ensina] e da intencionalidade da mediação de conteúdos diversos [do que se pretende ensinar] (OLIVEIRA, 1997). Uma vez que seu *objeto* são seres humanos plurais, diversos, com características únicas que envolvem divergências culturais, de classe, raça, gênero e etc., o professor – no processo de ensino-aprendizagem- não possui controle de todo processo nem muito menos do resultado final esperado. Não à toa que quando em vez o planejamento e a intencionalidade empreendidas em aula vão para caminhos muito distantes do esperado ou nem mesmo funcionam como esperado? Diversas, e qualitativamente. Importante ressaltar outrossim, partindo desse pressuposto, o planejamento feito pelo professor para determinada turma, composta por alunos com determinados perfis e com demandas outras, quando aplicado em outra turma *funciona*. Diferentes alunos demandam aulas e propostas pedagógico-didáticas diferentes para atender requisições diferentes (OLIVEIRA, 1997).

O trabalho docente é coletivo- político- e ao mesmo tempo individual, na medida em que as subjetividades docentes, suas experiências de vida e concepções de mundo tem influência na mediação e nas formas de lidar com interesses de indivíduos tão diversos. (FREIRE, 2016) E como estamos falando de seres humanos, as relações afetivas também são elemento até diferenciador para o professor, capaz de influenciar com frequência no trabalho em sala de aula. Cabe também aos professores lidarem com uma série de conflitos gestado das relações sociais, dos dilemas e etc., mobilizando esforços didáticos para lidar com grupos e ao mesmo tempo, dar atenção

aos indivíduos; e ainda dispor do investimento para incentivar o alunado a despertar sua participação para o processo, sendo a característica da personalidade do professor refletida ali e que se reveste daquilo que o professor o é. (FREIRE, 2016).

Como não se dispõe de uma técnica fechada e a lidam com estas diferenças e desafios práticos, criam uma “bagagem dialógica” (ao longo da sua experiência que mesclam elementos da experiência mesclando elementos práticos, intuitivos e de uma possível *arte* das mediações estratégicas entre as várias direções e das conexões críticas para com componentes Curriculares obrigatórios com a vida dos alunos. (FREIRE, 2016)

Portanto,

o trabalho em educação, não só como uma prática técnica, estruturada, com conhecimentos estruturados, mas como prática de relações, ou seja, um trabalho que vai se construindo num processo dinâmico, de interação entre pessoas e as condições do meio em que se inserem, configurando uma realidade cheia de dores e sofrimentos, alegrias, sonhos e desejos, encontros e desencontros, instituições, tecnologias, saberes e crenças. (AHLERT, THIELE; 2007 p.5)

Ao longo desse processo dinâmico, a todo momento o fazer do professor está relacionado diretamente com a capacidade de operacionalizar conhecimentos abstratos, compondo o eixo da intelectualidade. Concordamos que o trabalho docente, neste sentido, ao relacionar e problematizar diversos elementos da vida e do currículo permitem ao professor de história ser compreendido em duas nuances da intelectualidade:

(1) a reflexão crítica, teórica e conceitual sobre o saber; e (2) o viés intelectual enquanto agente público. Para isso, seu trabalho deve ultrapassar a dimensão abstrata, operada no plano da articulação das ideias, dos conceitos e dos modelos teóricos, para agir sobre os grupos sociais. (FERREIRA, Rodrigo & PENNA, Fernando. 2018)

O professor como intelectual, vale frisar, não está deslocado da sociedade que se insere nem do seu tempo. Tomaremos Gramsci como referencial teórico que prestigia o papel dos intelectuais enquanto sujeitos da história e na dinâmica da sociedade de classes. Partindo das categorias gramscianas, aqueles são sujeitos importantes na interação entre a sociedade civil e a sociedade política. Espaços estes da disputa entre o consenso e o dissenso, os intelectuais têm importante atuação no direcionamento da sua fração de classe de acordo com os seus interesses de classe, contribuindo para modificar ou manter uma concepção de mundo. Sua proposição se faz em vários espaços e de várias formas, pelos jornais, rádios, centros de pesquisa,

partidos, pelas mídias sociais, fabricando a intervenção em espaços que podem ser públicos e privados. Segundo Gramsci,

todos os homens são filósofos, entendendo os limites da filosofia espontânea localizada no senso comum, na linguagem, na religião e no bom senso. Assim, todos os homens são intelectuais porque fora de suas profissões são filósofos, artistas, participam de uma concepção de mundo ou possuem uma linha de conduta conscientemente definida e vinculada a essa concepção. (BIANCHI, 2008:77)

Os *intelectuais orgânicos* vinculam-se à sua classe e carregam consigo as contradições entre o exercício da sua intelectualidade bem como daquelas impostas pela realidade capitalista. No entanto, Gramsci entende que nem todos os intelectuais possam ser intelectuais orgânicos¹⁶, ainda que possuam alguma formação intelectual, estes são denominados *intelectuais profissionais*.

Isto é, ainda que o trabalho docente tenha por característica o trabalho intelectual, caso esta pertença a classe operária, ainda precisam sobreviver pelo seu trabalho. E, quanto mais o capitalismo se expande, mais o trabalho assume múltiplas configurações, sob o véu de inúmeras formas, espalhadas e reforçadas pela atuação empresarial e estatal.

Portanto,

Sob o capital, o traço constitutivo mais forte do trabalho, a capacidade criativa, torna-se secundário para os que exercem a própria atividade (alienação). Para a grande maioria, o trabalho reduz-se à necessidade imperativa de homens e mulheres de garantir sua subsistência no mercado. (FONTES, 2017. p.47)

Vale aqui uma dissociação entre trabalho x emprego (FONTES, 2017). O Emprego nasce da relação jurídica entre o trabalho e o capital que desde as lutas históricas dos operários no século XIX proporcionaram formas de enfrentamento ao Patronato e das formas de trabalho precários, “por exemplo, por peça”, e conquistaram várias garantias legais para aos trabalhadores-tais como o salário mínimo, as jornadas de trabalho. Segundo a referida autora, o que está em constante transformação e ataques no capitalismo é a forma jurídica do trabalho que as formas de proteção, não o trabalho (o ato) - tal como o processo que se decorre hoje na

¹⁶ Ao tratarmos desta categoria, Gramsci (recomenda a importância de mapear os intelectuais orgânicos em suas áreas de atuação, os interesses e suas ligações. O que faremos na sequência do texto, seguindo as pistas de Lúcia Neves (2013), ao identificar a formação de professores (intelectuais profissionais) imbuídos da ideologia dominante e sendo disseminador destas ao longo da sua prática, nas escolas públicas e privadas. No entanto, não automaticamente, sem contradições.

uberização.

Voltemos a discussão da categoria trabalho. No pensamento marxista, ela está no centro da sua teoria, sendo responsável pelo entendimento e elaboração da própria humanidade, as quais contribuem para o desenvolvimento cultural, intelectual, social e psíquico do ser humano, por meio de uma perspectiva ontológica MARX (2017).

Neste sentido, a relação com a categoria trabalho é central para as variadas superação das condições adversas em relação a natureza e a produção e reprodução da vida humana. Os ensinamentos e a sociabilidade humana estavam diretamente atrelados ao trabalho; o que nos interessa. Das inúmeras tecnologias inventadas, da tentativa constante de convívio e domínio da natureza passando pela produção objetivas e subjetivas para a nossa sobrevivência ou de até bens supérfluos para nossa existência, a categoria trabalho esteve presente.

Sendo o trabalho o único ato capaz de produzir valor para os seres humanos (MARX, 2017), formas políticas e sociais surgem para controlar a organização social do trabalho e se beneficiar dos frutos do trabalho coletivo e gestando as inúmeras formas de organização ao longo da história humana. Elemento primordial, o ser social foi capaz de projetar todos os passos do seu trabalho via do que planejamento daquilo a ser feito, de como seria feito e dos ritmos de trabalho para a realização da atividade em si e para si (MARX, 2017). Possibilita o ser a organicidade dos fluxos de trabalho e o reconhecimento do trabalhador em seu ato bem como no resultado da sua ação. Portanto, a dialética da centralidade do trabalho, que casa a dimensão intelectual e manual do trabalho¹⁷, é elemento-chave para o próprio entendimento e o reconhecimento do ser humano enquanto tal, na medida em que-durante todo o processo de produção daquele bem ou da *mercadoria*¹⁸- o ser se reconhecia no seu ato e no resultado final daquilo que produz.

Em sua completude, o ser tinha total noção do processo de produção e ao mesmo tempo, dos recursos necessários para sua produção. É nesse momento que se situa a importância da compreensão da práxis, tanto na constituição do conhecimento expressado no objeto que é produto dessa ação, como na

¹⁷ Como Gramsci (1989, p.53), entendemos que “qualquer atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual- não se pode separar o *homo faber do homo sapiens*”, ou seja, ainda que o exercício do trabalho esteja ligado a atividade manual, o trabalhador exerce alguma outra atividade intelectual/filosófica fora do exercício da sua profissão. Gramsci defende a concepção de uma escola socialista unitária, onde o trabalho e suas dimensões sejam indissociáveis.

¹⁸ Possuindo o valor de uso e o valor de troca; sendo esta última o elemento que prevalece na sociedade capitalista.

transformação dos sujeitos envolvidos nessa relação. Portanto, em sua ação sobre a natureza para satisfazer suas necessidades, os homens produzem conhecimento, cujo conteúdo é determinante do processo de humanização.

Não pretendemos aqui esgotar a *teoria do valor x trabalho*, em K. Marx (2017), mas sim proporcionar ao leitor uma breve condução analítica das transformações à centralidade do trabalho e da sociabilidade humana modificadas com o advento do capitalismo. Conduziremos, na sequência, a discussão desta questão frente ao problema educacional.

Se o trabalho era fundamental para o entendimento do próprio homem, é no capitalismo que se aparta o trabalho dos seres humanos, num processo constante de mercadorização e fetichização do trabalho. No capitalismo, e tão somente no capitalismo, os seres sociais, “em sua esmagadora maioria – são convertidos genericamente em trabalhadores, isto é, em seres cuja utilidade social fundamental é valorizar o valor e cuja necessidade singular insuperável é vender sua força de trabalho.” (FONTES, 2017. p.46).

Sendo o trabalho a única mercadoria que produz mais-valor, tornando-se assim um meio de valorização do capital. No' *Capital* (2017), Marx desenvolve sua teoria sobre a produção humana no modo de produção Capitalista, articulando, de maneira detalhada, a relação entre o capitalista e o trabalhador, ambos envolvidos numa negociação de como possuidores de mercadorias, que, como se sabe, não é uma equação igualitária uma vez que, em movimento, o capital nas mãos do capitalista para a compra de novas forças de trabalho composto por amontoado de trabalho morto expresso na forma de capital. Na prática, o capital enquanto trabalho morto, se apropria da força física e intelectual do trabalhador para sua reprodução, através da extração de mais valor integrado a produção de mercadorias. É assim que a forma de produção capitalista se expressa para o trabalhador enquanto existência do capital, incorporando o próprio trabalhador como elemento desse mecanismo e subsumindo-o.

Refutando as proposições individualizantes, com ênfase na condição temporária e desinteressada do ser em relação ao seu meio, a alienação é parte constitutiva da natureza histórica do capital frente aos seres humanos. Como fundamento histórico do capitalismo, as inúmeras expropriações e formas de precarizar a vida dos trabalhadores para criar as condições necessárias para sua expansão.

Dessa forma, a alienação se expressa a partir de quatro complexas características imbricadas, conforme a explanação de MEZSÁROS (2016). A primeira, se refere à alienação do homem frente à natureza- expressa na relação do trabalhador frente ao produto do seu trabalho e da sua relação com o que foi produzido: a *alienação do trabalho*. Não apenas distanciando o trabalhador do seu trabalho, mas do próprio controle da natureza do qual antes se adequava a produção voltada para atender as necessidades fim; e que capitalismo se torna -a ao mesmo tempo- mercadoria vital para 1. *Acumulação primitiva de capital* e 2. *da concentração dos recursos sociais de produção* (MARX, 2017).

Uma vez que o fruto do seu trabalho não mais o pertence, a segunda forma completa a primeira, causando a alienação de si mesmo (da sua própria atividade) – logo, a relação do seu trabalho para consigo se torna uma atividade alheia, sem satisfação: obrigação e neste sentido, o de não se reconhecer– o *estranhamento da coisa/ autoestranhamento*. Ou seja, o trabalho não faz sentido para o próprio trabalhador e o conjunto da produção escapa ao trabalhador tornando aquela produção em cifras, lucros astronômicos distante da realidade (MESZÁROS, 2016).

Dessa forma, o resultado para a empresa que trabalha é algo exterior a ele, como elementos segregados. Se o trabalho deixa de pertencer ao trabalhador e se torna uma obrigação para sua sobrevivência, a terceira característica diz respeito à separação do ser, “ser genérico” (do seu ser como membro do gênero humano) que passa compreender o trabalho como objetivo de vida e para sua vida: resultando na *objetivação da vida humana genérica*. Assim, a medida em que os objetivos de vida do ser passa a ser o trabalho, visando a sua sobrevivência e uma vez que não há trabalho para todos no capitalismo¹⁹, o capital impõe uma severa batalha de *todos contra todos*; proporcional a necessidade de sua reprodução. Ainda, impondo uma exploração brutal, com intensas jornadas da extração de mais valor, em função da sua dependência objetiva. Em conjunto, essas ações criam véus para a dominação: individualizando o ser social e dificultando a formação dos vínculos entre a classe trabalhadora (MESZÁROS, 2016).

Estes elementos são fundamentais para entendermos algumas angústias recentes sobre a vida dos trabalhadores frente a sua condição brutal de exploração, que se pretende naturalizar. Afinal, “quantas vezes não reclamamos que a vida é

¹⁹ Historicamente, o mínimo de desemprego em que foi observado nas sociedades capitalistas num quadro de 5%. (FONTES, 2017)

trabalhar para pagar boletos? E da segunda-feira?"

E por último e fundamental, caminha-se para a alienação da humanidade. Isto é, a perda de seu controle e dos recursos necessários para sua sobrevivência, tendo o capital como uma força *corporificada/externa* de potencial altamente destrutivo para a própria humanidade (MESZÁROS, 2016). Como o uso da tecnologia, por exemplo, que poderia ser muito bem utilizada em benefício da humanidade, mas no capitalismo, a ciência socialmente aceita e os novos benefícios trazidos pelas descobertas científicas são centradas pela lógica do Capital restringido o acesso aos bens socialmente produzidos. Isto é, o controle social se faz frente à própria humanidade.

Portanto, em Marx observamos a importância da compreensão da atividade humana, a práxis, como formação e aprimoramento da história da humanidade. A forma como a produção foi modificada refletiu sensivelmente no desenvolvimento histórico humano, como vemos na explicação abaixo:

A economia política oculta a alienação na característica do trabalho enquanto não analisa a imediata relação entre o trabalhador (trabalho) e a produção. É evidente, o trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz a escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas choupana para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e a cretinice para os trabalhadores. (MARX, 2001, p. 113)

Podemos com isso refletir sobre como a produção e reprodução do trabalho e das relações de classe operam no processo educacional. Na prática o homem aprendia se fazendo homem, e educava as gerações subsequentes.

Contudo, o capitalismo preconiza a apropriação do excedente oriundos do trabalho, gestando a sociedade de classes que separa os seres em duas classes: dos proprietários e a dos não proprietários. Como referenciamos, a tendência geral do capitalismo é de a cada expansão transformar o número maior de indivíduos em trabalhadores. Ao fazê-lo, expropriam das condições de reprodução de suas vidas anteriores e proporciona o elemento chave para a exploração do trabalho e do trabalhador; que tem a venda da sua força de trabalho uma necessidade para a reprodução de sua vida em meio a uma massa que se iguala a este e a disputa se intensifica. Esse movimento produz contradições que -concentrando cada vez mais recursos sociais de produção- tornam a vida do trabalhador mais precária e ainda, o aliena.

Análoga, esses processos constitutivos da alienação formam a *sociabilidade do capital* expressas nas formas subjetivas, e estão em constante disputa pelos aparelhos empresariais e instituições sociais fundamentais para a reprodução da própria valorização do trabalho e da sociabilidade do Capital; tais como na escola, nas igrejas, na sociedade política e etc.

O que nos faz voltar ao cerne da nossa discussão sobre docente frente a lógica do capital. E como parte do fundamento constitutivo do próprio do trabalho docente (ato) e de sua profissionalidade, o ambiente escolar espaço reproduz contradições da sociedade do capital valoriza neste espaço os elementos determinantes para a sua reprodução: e a alienação. Como parte da última expansão capitalista, a escola foi transformada em Empresa e suas orientações destinadas para o papel crescente do saber na atividade econômica e das imposições pela competição sistêmicas entre as economias (LAVAL, 2019), que se pretende reduzir a intelectualidade e aumentar as restrições para o pensamento crítico docente.

Ainda, sobre a discussão sobre alienação e trabalho docente, Lúcia Neves (2013) defende a tese que os professores se tornaram coadjuvantes na expansão/integração do mercado interno brasileiro e favoreceram o aumento da competitividade do país pós-crise de 2008. Da mesma forma que se tornaram os meios de capilarizar a hegemonia burguesa, por intermédio da disseminação das ideias, valores e práticas dessa classe no meio escolar. Portanto, aquela autora entende que o professorado se constitui um importante intelectual orgânico da nova Pedagogia da Hegemonia do capitalismo brasileiro neoliberal.

A autora identifica, neste sentido, que os processos diretamente relacionados à expansão do Ensino Superior no Brasil recente, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT)²⁰, como a política do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)²¹, em conformidade com os organismos internacionais bem como os interesses das frações burguesas interessadas em compor um exército de mão-de-obra reserva qualificada. Não à toa as políticas públicas destinadas à formação inicial de professores e

²⁰ O Governos de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006/ 2006-2010) e Dilma Rousseff (2010-2014 /2015)

²¹ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais é um programa instituído pelo Governo Federal do Brasil através do Decreto 6 096, de 24 de abril de 2007.

continuada de professores despertou interesses do empresariado²². Por um lado, proporcionaram uma formação de intelectuais profissionais²³, em conformidade com a ideologia neoliberal, precário e com atuação importante na Educação básica.

Portanto, a razão principal da *superprodução* de intelectuais em escala mundial é fundamentalmente econômica, e não política. Esta, diferentemente da produção de carros, há limites em relação a disponibilidade significativa que são estruturadas pelas oportunidades de emprego, a depender da complexidade econômica de cada sociedade. “A expansão econômica exige uma produção intelectual em expansão (qualquer que seja sua qualidade e seus efeitos globais, e isso é suficiente para manter a roda girando.” (MESZÁROS, 2016. p. 280)

Assim, em meio a um Brasil de crescente desindustrialização e de Hegemonia do Agronegócio, a alienação também atravessa a vida do professorado-trabalhador e condiciona suas formas de viver, uma vez que este precise trabalhar e tem seus conhecimentos expropriados para este fim. As últimas políticas educacionais brasileiras, como a BNCC e a reforma do Ensino Médio, pretendem cercear a autonomia do professor na medida em que estabelece uma série de controles rígidos ao seu trabalho-via processos de avaliação externos- e inflam o currículo do componente história como forma de aumentar a distância entre o currículo prescrito e o currículo real²⁴.

Em *Alienação e crise da Educação*, Itsván Meszáros aponta a “educação formal/escolar” como um dos pequenos fragmentos do *problema educacional*, concordando com Gramsci, explicita: “nenhuma sociedade pode existir sem próprio sistema de educação, uma vez que funcionamento do real capitalista não se condiciona apenas aos fatores objetivos.” (MESZÁROS, 2008, p.265.)

Assim, o movimento da alienação não se faz de maneira automática e muito menos por osmose. Os seres sociais pensantes particulares “interiorizam” as pressões exteriores -através do *poder da ideologia*- da sociedade de mercadorias tal

²² Lembremos a entrevista citada na introdução deste ensaio, pelo qual a Viviane Senna articula que o “professorado seria 70% do processo educacional”.

²³ Segundo Gramsci (2001), todos homens são intelectuais, mas nem todos os intelectuais podem se tornam intelectuais orgânicos. O autor chama atenção que aqueles são responsáveis por formular e disseminar as formas de poder na sociedade do capital, uma vez que estes ocupam lugares principalmente como funcionários subalternos da classe dominante na aparelhagem estatal e na sociedade civil.

²⁴ Segundo o autor César Coll (1996), o currículo é um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional, entre a teoria educacional e a prática pedagógica, entre o planejamento e a ação, entre o que é prescrito e o que realmente sucede nas salas de aula.

como as fossem os limítrofes indiscutíveis para sua vida. “É agindo assim que os indivíduos particulares “contribuem para manter uma concepção de mundo” e uma forma específica do intercâmbio social, da correspondência de mundo.” (MESZÁROS. p.266)

O autor conclui: “a transcendência positiva da alienação é, em última análise, uma tarefa educacional, exigindo uma “revolução cultural” radical para a sua realização. [...] concebida dentro de um quadro de referência global de uma estratégia educacional socialista” (MESZÁROS. p.266)

No entanto, contraditoriamente, como Neves (2013) nos chama atenção, a formação docente e do professor enquanto *intelectual* também dependem da correlação de forças, bem como do contexto vivido. Se a realidade se faz contraditória, possibilita ao mesmo tempo que haja quebra também em relação ao próprio processo de formação docente. O professor comprometido com as transformações age nas brechas e contradições produzidas pela luta de classe e se mostram como caminhos profícuos para a crítica do modo de produção capitalista.

Como produto das relações humanas e de nosso tempo, mediações e reformas podem ser feitas. Para retomar o necessário controle da humanidade frente a lógica do capital, passa por confrontar os mecanismos econômicos e ideológicos das múltiplas formas de exploração, opressões e expropriações condicionadas à sociedade de classes. Para, enfim, possibilitar as condições necessárias para os fundamentos vitais da existência humana, como o trabalho, possibilitando em ações pedagógicas articuladas a socialização de conhecimentos produzidos pela humanidade integrada quebrando, ainda, as formas de segregação e sobretudo, da alienação. Ademais, potencializa aquilo que a humanidade e os indivíduos possam exercer suas habilidades, potencialidades e diversidade em condições de plena igualdade.

Para a condução da tarefa revolucionária, portanto, café.

3. “A SOCIEDADE E O ESTADO ESTÃO CONJUGADOS PARA CUIDAR DA EDUCAÇÃO DO BRASIL: APONTAMENTOS SOBRE O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (2017 E 2018)”

No conjunto das contrarreformas tocadas nos últimos anos, a Base Nacional Comum curricular (BNCC) (2017) e a Reforma do Ensino Médio foram anunciadas com louvor pelo então presidente Michel Temer²⁵ que, em sua fala, elogiou as ações do empresariado brasileiro, como Todos Pela Educação (TPE) e sobretudo, da sua diretora, Viviane Senna, pelos serviços prestados à educação. Bem como as ações do governo brasileiro ao “desengavetar” medidas liberais antes *desprestigiadas* pelos governos petistas, possibilitando a continuação do projeto “ponte para o futuro”²⁶. Neste ato, o então presidente destacou firmemente a participação de setores empresariais que estão “amalgamados/conjugado”²⁷ com o Estado para estabelecer políticas públicas voltadas para educação.

Não só a formalização da base chama atenção, mas todo o processo que resultou na sua implementação foi recheado de sérios questionamentos em relação a sua necessidade e também, da pouca participação dos envolvidos no processo educacional verificado em seu texto final. Ao longo da sua formulação, é escrita e reescrita a múltiplas mãos/grupos e resulta em três textos elaborados em três momentos diferentes e com concepções didático-pedagógica-filosóficas bem diferentes umas das outras. Sendo aquela última totalmente modificado²⁸ e implementado a toque de caixa, junto as várias medidas ultraliberais durante governo de Michel Temer, após o golpe de 2016. Além de ser mantida pelo governo Bolsonaro

²⁵ FERREIRA, Rodrigo de Almeida, PENNA, Fernando de A. , *O trabalho intelectual do professor de História e a construção da Educação Democrática: práticas de História Pública Frente À Base Nacional Comum Curricular e ao Escola Sem Partido* In: org. ALMEIDA, J.B.; MENESES, S. **História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado**. SP. 2018. Ed. Letra e voz.

²⁶ Com intuito de atender as demandas do capital, a “ponte para o futuro”, foi anunciada logo após a ascensão de Temer ao poder e pretendiam a flexibilização das relações e contratos de trabalho, ampliando o ataque as leis trabalhistas tendo como centro as convenções coletivas ao invés da CLT, a *uberização e pjotização*, como forma de integrar o Brasil na “modernidade mundial”. “Modernidade” esta que também foi implementada na Educação, com os dois pilares: A Base Nacional Comum Curricular (2017) e a Reforma do Ensino Médio, 2018. Sobre a reforma do Ensino Médio, ver:

²⁷ Sobre a cerimônia de homologação supracitada, Cerimônia de Homologação da Base Nacional Comum Curricular, 20 de Dezembro de 2017. Disponível em *Youtube* <https://www.youtube.com/watch?v=oLxTERZ2zq8> . Acesso em 01 de Set de 2022

²⁸ Com participação intensa mobilização dos setores empresariais, como o TPE, e Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.

(2018-22), o aprofundamento de tais projetos.

Apesar de estar prevista no texto da Lei de Diretrizes e Bases para Educação, em 1996²⁹, a BNCC foi deixada de lado por alguns anos e teve sua discussão reavivada ainda durante os governos Petistas³⁰ em função da elaboração do Plano Nacional para a Educação³¹, e o TPE sendo protagonista em favor da defesa da base durante a elaboração deste documento e nos anos subsequentes. Em consórcio com esse reaparecimento da discussão da base notamos a organização do Movimento pela Base que, fundado em 2013, concentrou esforços de diversas entidades empresariais burguesas para a implementação de políticas educacionais. Para conhecimento geral, dando o nome aos participantes deste consórcio: o movimento supracitado reuniu entidades como a Fundação Lehman³², a Fundação Roberto Marinho³³; a ABAVE (Associação Brasileira de Avaliação Educacional)³⁴, o Instituto

²⁹ Artigo 26, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de 1996.

³⁰ Durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva de 2002-2006, passando por sua reeleição (2006-2010) até o governo de Dilma Rousseff (2010-2014) e seu segundo mandato interrompido pelo golpe de 2016.

³¹ O último PNE (2014-24) que chama atenção, no quinto artigo, o alargamento do sentido público, que deixou de ser entendido como aquilo que é de responsabilidade do governo e passa a ter sentido como aquilo que é oferecido ao público, ou que se mantém gratuito, entre outros). O que possibilitou, por tabela, a consolidação da participação do setor privado na educação pública brasileira de variadas formas; desde as parcerias público privadas, bem como mecanismos de transferências de recursos públicos para a gestão privada em diversas modalidades de ensino. (LAMEIRÃO, LEHER; 2020)

³² Pertencente ao Bilionário Jorge Paulo Lemann, concentra um dos maiores capitais do Brasil (estimado em US\$ 22,8 BI)- congrega diversas empresas e fundos de investimento. fundador da GP Investimentos e um dos sócios da 3G Capital, proprietária de ABInbev, maior empresa de cerveja do mundo, de Kraft Heinz, entre outros.

Lojas Americanas, entre outros negócios. É dono de uma das maiores redes de Educação, a Rede Eleva. Fundado em 2002, a Fundação tem como centro a atuação em áreas educacionais e tem ampliado sua atuação na Sociedade civil, bem como na sociedade política, através das RAPS – que “revelaram” e de notório saber- financiaram a campanha de alguns deputados federais.

³³ A Fundação Roberto Marinho pertence ao grande conglomerado da Rede Globo. Foi criada em 1979, no período da transição da Ditadura Empresarial Militar e tem sido, desde então, muito atuante em diversas frentes da Sociedade Civil, especialmente os projetos educacionais (englobando produção de materiais educacionais e gestão de projetos museais). Dentre eles, destaca-se o projeto “Telecurso 2000”, criado no mesmo ano de fundação da Instituição que se propôs educar -via sua Televisão (Canal Futura) - aos que não tinham acesso à Escola e também, gestão do Museu de Arte do Rio (MAM) bem como do Museu do Amanhã – patrimônios Públicos cedidos ao grande Capital. Sobre esta Instituição, há uma vasta bibliografia crítica e acadêmica.

³⁴ Fundada em 2001, a ABAVE se propõe a assessorar nas formas e estratégias de avaliação docentes. Pela sua experiência, costuma assessorar estados e municípios na formulação de seus sensores pedagógicos a fim de constituir uma base de dados sobre a educação.

Natura³⁵, o TPE (“Todos pela Educação”)³⁶ –relaciona-se diretamente com outras entidades e conglomerados empresariais, numa grande teia. Também se somam a estes o Instituto Ayrton Senna³⁷; Instituto Unibanco³⁸; Instituto Inspirare³⁹;

Se o processo educacional é fundamental para a constituição das formas de dominação, unificar os conteúdos estudados em todo território nacional nos parece uma estratégia empresarial “interessante” para a elaboração do consenso e das formas de mercantilização da educação, num processo de franca disputa e oligopolização no setor⁴⁰. Isto é, a base não é um instrumento neutro nem menos afastado ao seu contexto histórico e social. Está diretamente relacionada com o modo de produção capitalista e os rumos da economia brasileira no último quadrante histórico, pela qual uma série de ataques são promovidos aos trabalhadores, do contexto das contrarreformas da previdência e trabalhista, bem como o ataque aos direitos das mulheres, aos projetos humanistas e anticapitalistas.

³⁵ O Instituto Natura, pertencente à empresa de mesmo nome, componente do agronegócio brasileiro, detém explorado amplos recursos educativos defendendo o “Capitalismo verde” e suas ações em “amenizar os (seus) impactos ambientais”. Sobre as novas estratégias de convencimento, VER: TUBINO, Najjar, COP 21: a fábula do capitalismo verde. NOVACULTURA.info.site. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/COP-21-a-fabula-do-capitalismo-verde/3/34556>, acessado em 20/09/2022

³⁶ Fundado em 2006, o TPE congrega diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia brasileira mais os seus conglomerados. TPE tem entretanto apoio de outras fundações empresarias, grupos, empresas – Rede Globo, Itaú Social, DPaschoal, Bradesco, Fundação Telefonica (Telefonica/Vivo), Gerdau, Itaú BBA, Suzano Papel e Celulose, Instituto Península, Gol, Instituto Votorantim, seus mantenedores; Grupo ABC, DM9DDB, Fundação Victor Civita, Editora Moderna, Fundação Santillana, Friends, McKinsey Company, Instituto Paulo Montenegro, Canal Futura, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Patri, Luzio Strategy Group, Itaú Cultural e Instituto Rodrigo Mendes, seus parceiros. Sobre ele há uma vasta bibliografia acadêmica, em destaque: Evangelista, O., & Leher, R. (2018). **TODOS PELA EDUCAÇÃO E O EPISÓDIO COSTIN NO MEC: A PEDAGOGIA DO CAPITAL EM AÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA**. *Revista Trabalho Necessário*, 10(15).

³⁷ O Instituto Ayrton Senna, tem por presidência Viviane Senna, que costuma figurar nos discursos da Instituição ao propor seus projetos filantrópicos. Para a educação, como se sabe, o Instituto desenvolveu uma série de projetos educacionais. Recentemente, por exemplo, o Instituto recentemente promoveu uma “parceria” com o governo do Município do Rio de Janeiro, durante o secretariado de Cláudia Costin- com profundas ligações com o Banco Mundial- no denominado “projeto acelera”, que pretendia “enxugar” as dificuldades dos alunos em processo de alfabetização. Ao Instituto, cabia o desenvolvimento de estratégias e fornecimento de materiais didáticos.

³⁸ Fundação pertencente ao maior conglomerado Financeiro do Hemisfério Sul, dos irmãos Moreira Salles.

³⁹ Mantido pela Família Gradin, que detêm 20% do grupo ODEBRECHT.

⁴⁰ A volumosa concentração de capitais no setor educacional é algo a ser destacado, girando em torno de R\$80 bi e com 6 grandes grupos disputando o mercado. Sobre Isto, ver: BARBEDO, Patrícia. *6 grupos empresariais que ‘sacodem’ o setor da educação*. Yahoo notícias. 31/07/2011. Disponível em: https://br.noticias.yahoo.com/6-grupos-empresariais-que-sacodem-o-setor-da-educacao90055114.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xILmNvbS8&guc_e_referrer_sig=AQAAAKJxhibTP41d5obY AQMngV2JAgQY6lzsOZLCpvh1Swr8E5QicqtMJ8sYhNcey4F6ngQPWbMqtSm9lWh6RLqBzEbHaHZZazpWrg9rdD9TUwI9b_q0Yr_DI_uHk1uX1_N3bEs0BD6RJpLg-qVQ5-WOAElaIaiWYULcsczdw2Ur2ir consultado em 25 set de 2022

Neste sentido, dentro do quadro das reformas liberais na educação e a recente implementação da Base Nacional Comum Curricular (2018) para o Ensino Fundamental e Médio, em conjunto com a Reforma do Ensino Médio, nos dão indícios das estratégias do empresariado para a educação, entendendo o Estado como pilar. Pois, a sua implementação em sua totalidade proporcionou mudanças em todos os níveis e modalidades da educação básica, passando na formulação de novos materiais, sistemas de ensino ao próprio currículo, da referência nos teores e valores a serem ensinados aos alunos em todas as escolas do país e ao mesmo tempo, ainda: servindo como métrica atual para o trabalho docente. Acrescentando a discussão sobre a questão educacional e do processo de escolarização, buscamos nesta parte do ensaio historicizar e relacionar as ações do empresariado em torno das políticas públicas privatistas.

Em um país continental, ter uma base unificada melhora ainda mais o potencial mercadológico para produção, circulação de materiais e sistemas de Ensino, num processo de franca disputa e oligopolização no setor. Nesse sentido, o texto que se segue pretende apresentar os condicionantes históricos que nos últimos dez anos resultaram, não sem resistência, na implementação da BNCC. Assim como explicitaremos sua concepção educacional predominante, baseado nas múltiplas competências, e das intenções destes, uma vez que se trata do documento referencial e normativo para a brasileira. Assim como explicitaremos sua concepção educacional predominante, baseada nas Pedagogias das Competências, e das intenções destes, uma vez que se trata do documento referencial e normativo para a educação brasileira.

Há algum tempo a bandeira da educação tem se revestido pelo empresariado em torno da implementação das políticas públicas, sendo possíveis de serem observadas em diversos tempos históricos. Isto é, o interesse da burguesia pela educação não é recente, está na gênese do sistema educacional público brasileiro, na década de 1940, a partir dos Sistema S⁴¹. Sua atuação, ações e projetos que, direta ou indiretamente, atravessaram a elaboração de seus interesses frente às políticas educacionais. Em especial, as ações como estas se inserem dentro de um quadro histórico pelo qual a educação formal tem chamado a atenção o despontar da

⁴¹ (SENAI) por meio de decretos estatais (Decretos nº 4.048/42 e nº 4.936/42) com o objetivo de formar o quadro de trabalhadores da indústria.

atuação das frações burguesas na educação brasileira nos últimos 30 anos⁴², e em “defesa da educação como resolutive de conflitos”.

O olhar mais desatento para educação Brasileira atual, com base no último censo⁴³ do Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), observará o predomínio muito maior do setor público em relação ao número de matrículas em detrimento do privado. Porém, a educação, como outro elemento vital ao ser humano, também passa pelo processo de mercantilização e *mercadorização*. Pelo qual é possível observar processo de privatização da educação pública “por dentro do estado”, indireta ou diretamente; ou seja, é muito diferente das privatizações clássicas quando algum bem ou área do setor público é privatizado. Essa estratégia instala uma série de articulações próprias do mercado no funcionamento da política pública e pode ser direcionada ao currículo, importante elemento na definição do ensino na iniciativa privada. Ademais, também podem estar relacionadas à contratação de outros serviços privados nas escolas públicas, como por exemplo, a formação de professores e gestores; a contratação de serviços educacionais.

A BNCC é fundamental nos tempos recentes para o projeto de privatização da educação brasileira, pois

sua construção foi influenciada por instituições empresariais como apresentaremos, bem como da escola, pois a BNCC demanda mudanças estruturais nos processos pedagógicos e como as pesquisas vem demonstrando, a opção política das redes de educação, é a contratação de instituições privadas para assessorar a construção do currículo, planos de estudos, PPP, formação de professores e inclusive de sistemas apostilados. (CAETANO, 2020.p.68)

Dessa forma, é importante ressaltar os estudos recentes sobre o empresariamento “de novo tipo” para educação, produzidos pelos grupos do LIEPE

⁴² Importante citar o artigo do (LAMOSA, R. 2020) que, com base nos estudos do LIEPE, mobiliza um quadro interessante das frações burguesas que se condensam em dois projetos para a educação, nesta última década. A primeira, formada pelas ‘burguesias tradicionais’, compõem “a frente social-liberal” e tem o TPE como grande ponta-de-lança. Enquanto as outras frações se encontram na frente liberal “ultraconservadora. Também possui seu núcleo intelectual, balizado pelo Brasil 200 e instituto millenium, com alianças internacionais como o *Estudantes pela liberdade* e estão aliados do bolsonarismo; é composta pelo *lúpem proletariado*, tem como projeto educacional as escolas militares e o Escola ‘sem partido’. Apesar das diferenças, Lamosa ressalta que ambos corroboram- de formas diferentes- para a precarização do trabalho docente, do ataque à autonomia docente e da conformação do trabalhador acrítico e adaptado a realidade social.

⁴³ Disponível em: <https://exame.com/brasil/matriculas-na-rede-privada-despencam-em-2021-veja-dados-do-censo-escolar/> . consultado em 10 de set de 2022

(Laboratório de Estado e Poder), Grupo de Trabalho e Orientação (GTO)⁴⁴ e o Coletivo de estudos de Marxismo e Educação (COLEMARX)⁴⁵, tem avançado na produção de estudos importantes que evidenciam o as estratégias de dominação empreendidas nos últimos anos pela burguesia brasileira associada ao capital imperialismo.

O hiperativismo na educação é uma face dos projeto econômico e ético-político forjado e operado pela classe dominante de modo mais recente e complexo, proporcionando a privatização por dentro da estrutura educacional do Estado, tendo como dimensões principais:

a capitalização da educação (processo pelo qual a educação escolar vem operando como capital no sentido de funcionar valor e potencial mais-valor) e a subsunção da educação ao empresariado (processo pelo qual o empresariado brasileiro assumiu, em íntima relação com o Estado estrito e com o empresariado internacional, o protagonismo da formulação, aprovação e implementação das políticas públicas educacionais) (MOTA e ANDRADE, 2019. p.68)

Quando as frações burguesas agem conforme seus interesses de classe vinculada ao Estado, principalmente quando esteve diante de crises econômicas e políticas do tensionamento de sua supremacia, como nas contradições explícitas no contexto da transição da ditadura para a democracia, em meio a contexto da ampliação das greves e movimentos sociais. Pelo qual a saída para esta questão se deu em meio a conformação de consensos em torno da Democracia Liberal bem como no entorno da Constituição de 1988, com garantias legais e democráticas que deveriam dar condições para os cidadãos⁴⁶ frente ao controle e adensamento dos interesses empresariais na reformulação do espaço público e sobretudo, do Estado Brasileiro em conformidade com o Consenso de Washington, 1989, as burguesias brasileiras, atuaram em direção a reformulação do poder político do Estado brasileiro e do espaço público, com ampliação da participação do setor privado em detrimento de áreas antes públicas.⁴⁷

⁴⁴ Coordenado pela Professora Dra. Virgínia Fontes.

⁴⁵ A categoria “empresariamento de novo tipo”, utilizada aqui tem sido desenvolvida por pesquisadores pertencentes a este coletivo.

⁴⁶ Ressalta-se neste ponto algumas garantias Constitucionais presentes na C.F. 1988, como extensão da cidadania para os analfabetos; a previsão da taxaço das grandes fortunas; as garantias legais dos trabalhadores do campo; Garantia dos direitos sociais; O direito ao lazer;

⁴⁷ Mudanças que foram levados a cabo pelo Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998), durante o governo FHC, provocando transformações da sociedade política em razão da sociedade civil. Neste mesmo contexto, foi promovido o grande desmonte do Estado brasileiro e conjunto com privatizações seriadas que favoreceram uma nova forma de dominação na periferia do sistema capitalista, após a Segunda Guerra Mundial (1945): Capital-Imperialismo (FONTES, 2010).

Não à toa, nesse sentido, vemos um pipocar de Fundações sendo constituídas pelas inúmeras frações burguesas e com maiores desdobramentos, sobretudo, na área da cultura, educação e ações sociais. Não apenas em setores que dantes eram de responsabilidade do Estado como agora encontram-se inclusive, com aporte público, e ainda, pautam políticas para suas diversas áreas, bem como a publicização a “importância” das suas ações; como são os casos da pioneira, Fundação Roberto Marinho (1977)⁴⁸, na sequência, a da ABAG (1993)⁴⁹, Instituto Ayrton Senna (1994), a Fundação Lemann (2002)⁵⁰, e dentre outras. Pelas quais, além dos seus objetivos e interesses em comum, estas Fundações uniram seus esforços e tendo suas estruturas fundamentadas de atuação e fomento, a partir do movimento Todos Pela Educação (TPE), em 2006. Como objetivo, pautar as políticas educacionais e instâncias governamentais, atuando intensamente neste sentido nos Conselhos Educacionais e ainda, fornece quadros políticos e intelectuais para ocupar as instâncias de poder, sejam elas no executivo ou legislativo municipais, estaduais ou federal. Ainda, organizam debates e encontros para estreitar os laços com diversos intelectuais e entidades educacionais privados⁵¹.

O TPE neste sentido, além de unir esforços de várias frações burguesas, conjuga inúmeras entidades empresariais brasileiras associando-se ao capital internacional (como o BID e a OCDE) a partir da Organização da Sociedade Civil pela

⁴⁸ A Fundação Roberto Marinho é pioneira ao ter mobilizado um canal próprio para veicular suas propostas, o Canal Futura. E ao mesmo tempo, pautou as primeiras experiências de Ensino Remoto no Brasil com a elaboração do TELECURSO 2000. Sobre este tema: CUNHA, Otávio Augusto. **Capital imperialismo e organização da cultura: O papel da Fundação Roberto Marinho na busca do consenso capitalista (1977 - 2020)** / Orientação Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes. Niterói, 2021

⁴⁹ Fundada em consórcio com a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB) a Associação Brasileira pelo Agronegócio (ABAG) tem sido a ponta de lança dos interesses do setor com inúmeras ações para disputar o consenso em torno da cultura mobilizando recursos afim de convencer da necessidade do agronegócio para o país e mostrar a ‘simplicidade” do produtor rural. Suas ações giram em torno das campanhas televisivas (como em consórcio com a GLOBO: “agro é tech, é pop, tá na Globo”); pautando políticas públicas e das ações educacionais das mais diversas envolvendo PPP com municípios e estados. Sobre esta APH, ver: MENDONÇA, S.; OLIVEIRA, P. C. ABAG: origens históricas e consolidação hegemônica. 2015 Novos cadernos disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v18i2.2065> / MENDOÇA, S. *Dominação burguesa e reprodução de classe no Brasil (1990-2016)* In: MATTOS, M. B. **Estado e formas de dominação no Brasil Contemporâneo**. Ed. Consequência. RJ:2017/ Ainda sobre o empreendimento educacional do agronegócio sob as instituições escolares, ver: LAMOSA, Rodrigo. Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas. Editora Appris. 2016

⁵⁰ a fundação foi criada para concentrar-se na melhoria da metodologia de gestão na área da educação, com a introdução de uma cultura orientada para resultados (RELATÓRIO LEMANN: 2012 APUD CAETANO, 2020)

⁵¹ Um exemplo disto, é o evento conta como patrocinador master o Grupo SEB educacional, com apoio do Banco ITAÚ; da UNICEF; da Fundação Roberto Marinho e do Canal futura; com realização do Grupo Globo. Todos vinculados ao TPE.

Educação na América Latina e Caribe (REDUCA), que compõe movimentos empresariais de quinze países. A REDUCA atua em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a União Europeia que financiam a rede numa orquestração que objetiva incidir sobre a atuação dos movimentos que atuam nos países e na definição das políticas nacionais de educação (LAMOSA, 2017) O que possibilita observar uma rede de relações entre os vários organismos das burguesias mundiais que propõe uma certa ideologia propagada pelas filosofias educacionais intencionado a conformação de trabalhadores na periferia e semiperiferia do Capitalismo. O TPE é um o organismo multifacetado e organizado em rede, que aos poucos conseguiu se capilarizar – com grande êxito e em pouco tempo- em diversos setores da sociedade brasileira. Estas entidades empresariais agem em direção na Nova Pedagogia da Hegemonia:

Como fundamento da expansão capitalista recente, o processo de crescimento da especulação financeira no processo de reprodução do capital, tem as agências e organismos internacionais como seus principais promotores. Estes justificariam o decréscimo da importância do capital produtivo em relação ao financeiro como fim das relações contraditórias entre capital e trabalho. Desta forma, as desigualdades poderiam ser legitimadas pela *hiperindividualização* das relações sociais: o novo projeto da sociabilidade burguesa. Pela qual, aspectos sub aspectos subjetivos, valorativos, como bem exemplificam as noções ideológicas de capital social, empreendedorismo, responsabilidade social, etc., que atomizam e despolitizam as relações sociais e se traduzem na simplista chave interpretativa segundo a qual, se na população está a causa dos problemas, na população também poderiam estar suas soluções (NEVES, 2010 p. 80)

Carlos Nelson Coutinho foi um dos intérpretes pioneiros das categorias gramscianas para a realidade brasileira, lançaremos mão destas para nos ajudar a refletir sobre a estrutura econômica e política brasileira, sobretudo em relação às transições históricas. No ponto de vista de Gramsci no qual o autor entende a cultura como totalidade da vida social, como práxis interativa, mediação entre sujeito e objeto, no qual o lugar da cultura é a história. Dessa forma estará associada, no pensamento gramsciano, à problemática do Estado, das relações de poder, da hegemonia, a atuação dos intelectuais orgânicos na sociedade civil, isto é, da liderança intelectual e moral de um grupo social sobre o conjunto da sociedade. No âmbito social, a cultura tem um papel importante no que diz respeito sobre interação e organização de uma concepção de mundo popular, denunciando as contradições sociais e, sendo assim, um dos principais instrumentos de luta pela hegemonia - norteando as consciências sociais e suas perspectivas de identidade e posição política. Carlos Nelson Coutinho

observa:

A sociedade civil é a arena da luta de classes, um âmbito de múltiplas relações de poder e de contradições, lugar de disputas de sentidos entre forças e grupos sociais, esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si, [...] o espaço da luta pelo consenso, pela direção político-ideológica. (COUTINHO, 2000, p.18)

É importante ressaltar o entendimento gramsciano do papel do Estado, no qual o mesmo é entendido como a junção entre sociedade política e sociedade civil. Esta concepção considera que, nos países capitalistas avançados, ao tempo da consolidação da ordem liberal burguesa na virada do século XIX para o século XX, a sociedade civil inclui instituições complexas e organizações populares e também burguesas com participação ativa no seu cotidiano. Porém, a partir das leituras dos estudos de Carlos Nelson Coutinho aplicando as categorias de Gramsci à Realidade Brasileira, entendemos que a via Prussiana ou revolução passiva⁵² ao longo da história do Brasil é característica recorrente da formação de Estado.

[...]o Brasil experimentou um processo de modernização capitalista sem ser obrigado a realizar uma revolução democrático-burguesa ou de libertação nacional segundo o modelo jacobino: o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face ao imperialismo não se revelaram como obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista do país. (COUTINHO, 1992, p.196)

Pela via autoritária⁵³, as estruturas históricas se mantiveram sendo, no entanto, readaptadas à nova realidade capitalista e não possibilitaram a formação de uma sociedade democrática. Isto é, o favorecimento da organização dos setores populares para a reivindicação de transformações nessa estrutura social, – tal como seria na sociedade forjada na Revolução Francesa. Com isso, Gramsci é fundamental para pensar a disputa pela hegemonia, ou seja, a luta pela direção político ideológica da sociedade e para entender os mecanismos que organizam a dominação burguesa e

⁵² Um processo *passivizador* das demandas de parcela dos grupos subalternos em um contexto de reformas, revoluções ou guerras, com ênfase em perspectiva coercitiva do Estado, com acordo entre uma fração dominante ascendente modernizadora e outra fração dominante conservadora; a cooptação modernizadora com atendimento a demandas de alguns grupos subalternos no quadro de uma hegemonia incompleta (BIANCHI, 2008) Entendemos que a especificidade do aporte teórico Gramsciano é utilizado para pensar a especificidade da formação italiana e depois no Fascismo. No entanto, respeitando a formação social brasileira colonial e escravista, diferente da Itália, a interpretação de Carlos Nelson nos ajuda a pensar as transições históricas políticas brasileiras.

⁵³ No léxico Gramsciano “pode ser sinteticamente resumida na questão da passagem para o capitalismo, na adequação das estruturas agrárias às necessidades do capital” (COUTINHO, 1989, p.132).

do seu Estado ampliado (sociedade política⁵⁴ e sociedade civil⁵⁵). Em resumo, a Hegemonia para Gramsci é o exercício do poder de um conjunto de indivíduos de uma determinada classe, no caso do capitalismo a Burguesia; tendo um longo e intrínseco processo histórico no campo do exercício do poder através da cultura. Atenta-se para isso a presença de *aparelhos privados de hegemonia* como instituições civis onde são concebidas determinadas concepções de mundo (populares ou empresariais), como o TPE o faz.

É aí que reside o *poder da Ideologia*, pela qual “não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, [mas] na uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (MESZÁROS, 1989.p.65).

Neste sentido, os aparelhos privados de hegemonia podem ser responsáveis pela condução do subjetivo universal, no senso comum- na medida em que as formas de pensamento da burguesia são empreendidas para o todo social objetivando paulatinamente convencer os trabalhadores, pautando as políticas dentro Estado, pelo qual “torna-se “educador” geral para os valores e as necessidades de tais frações, que exercem, pois, processos hegemônicos, através de diversas instituições, inclusive escolares” (FONTES, 2017. p.212). É válido ressaltar que a educação se forja a partir de estratégias para o consenso acompanhada da coerção.⁵⁶

Para estas ações, empreende-se uma grande reformulação do espaço público e privado no Brasil. Assim, uma série de reformulações do Estado brasileiro e expansão da dimensão privado no setor público, encontram lastro na década de 1990; quando se verifica progressivamente sobressalto de setores privados e encapamento das ações empresariais nas várias instâncias de atuação públicas, Estatais, através das Fundações sem fins lucrativos, das ONG'S, dentre outros Aparelhos Privados de Hegemonia (APH'S) e acompanha esta proposta, a *governabilidade nos regimes* democráticos depende da adequação das instituições capazes de:

⁵⁴ No léxico Gramsciano simboliza o Estado.

⁵⁵ Sociedade civil está sendo usada aqui adequada ao pensamento Marxista, ou seja, não como uma relação contratual entre os indivíduos fora do estado. Mas, como reflexo da totalidade social, relacionado a luta de classe e a dominação capitalista, historicamente reproduzida. Neste sentido, o Estado é uma expressão das lutas de classes, indissociáveis, neste sentido, da sociedade civil que o criou.

⁵⁶ O que tem feito, neste sentido e outros fatores, o Brasil ter hoje a terceira maior população carcerária do mundo. Sobre isto, ver: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58851195#:~:text=O%20Brasil%2C%20que%20ocupa%20a,primeiro%20e%20segundo%20colocado%20respectivamente>. Acesso em 13 de Jun. 2022

(1) mediar interesses da sociedade civil; (b) da exigência de mecanismos de responsabilização (*accountability*) dos políticos burocratas perante a sociedade; (c) da capacidade da sociedade de limitar suas demandas e do governo de atender aquelas demandas afinal mantidas; (d) principalmente da exigência de um contrato social básico.⁵⁷

O recente *empresariamento* da educação encontra lastro neste contexto histórico a partir da década de 1990, pela qual as políticas educacionais desenvolvidas no país e se expressam nas políticas educacionais, com a promulgação da Lei 9394/1996- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Com base nos estudos de MACEDO; LIMA (2017) entendemos que estas políticas estão em conformidade com as complexas associações das burguesias brasileiras aos organismos mundiais capitalistas, orquestrando um grande quadro geral de contrarreformas pensadas para a periferia capitalista. Pelo qual a expansão do acesso educacional se deu sem investimentos adequados; expressos *Declaração Mundial de Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem* (1990) e no documento *Educação para Todos: o compromisso de Dakar* (2000).

Portanto, este movimento tático encontrou na expansão do acesso à educação teve, por um lado, o objetivo de:

O deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela, por meios das instituições formais. O que está em jogo não é apenas a modificação política dos processos educacionais- que praticam e agravam o apartheid social-, mas a reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil. (JENKINS, IVANA in: MÉSZÁROS, 2001.p.11)

Estes pressupostos implicaram na grande reestruturação da formação docente, das condições de trabalho e das formas de controle do trabalho docente, uma vez que estes novos modelos de gestão (*accountability*) -baseados na eficiência- transformaram-se num modelo hegemônico do controle e avaliação do trabalho docente, como forma de garantia da “qualidade”. (MACEDO; LIMA, 2017). Assim, com base nos pressupostos das Tecnologias informacionais (TIC)⁵⁸, o docente “de novo

⁵⁷ Cadernos do MARE. N.1. Ago.1997. p. 45 e 46 APUD: BRITO, L. L. d. **O intelectual e o desmonte do Estado no Brasil: Luís Carlos Bresser Pereira e o MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado)**. Orientador: Bernardo Kocher. Tese (Doutorado em História): RJ, UFF.2016 p.236

⁵⁸ Como consta no DCN, “O valor do Conhecimento passa a assumir significativa centralidade da nova

tipo” precisa também dominar as Tecnologias da Informação e trabalhar com esta para desenvolver a capacidade dos alunos por meio do aprendizado contínuo, medida também nas avaliações ao longo do ano.

Assim, caberia a este professor estar adequado com as novas formas, ritmos de trabalho mais intensos e com a aperfeiçoamento de sua prática que esvazia o seu senso político e a capacidade de transformação coletiva, acompanhada pela precarização da vida docente, e em termos práticos. Na prática, a este docente trocar a orientação do Projeto Político Pedagógico (PPP) para Projeto pedagógico, despolitizado e restrito ao contexto da sala de aula.

Neste complexo processo, encontramos estratégias – por parte dos setores privatistas da educação- de individualizar o processo educacional deslocado para professorado pelos muitos fracassos escolares, isentando os outros responsáveis sócio-históricos e as circunstâncias históricas prementes ao mesmo tempo em que o setor privado e as APH’S apontam as ‘soluções’. Como encaminhamos, de acordo com expansão educacional e a formação de professores, a escola também é invadida por concepções privatistas e individualizantes ao passo em que é precarizada. É neste contexto que a perspectiva universalista de que a escola pública deveria assegurar prioritariamente uma formação geral igualitária a todos, por meio do Estado (LAVAL, 2020), e gratuita, foi metamorfoseada em função das políticas individualizadas, com base nas Pedagogia das Competências⁵⁹. Dessa forma, valores utilitaristas eram incorporados ao ambiente escolar a fim de adaptar as crianças e jovens a forma de ser do capital e suas demandas cada vez maiores e incertos⁶⁰; pavimentando a conformação do futuro trabalhador a superexploração do trabalho e da precarização.

O Roberto Leher aponta que essas concepções utilitaristas já estavam presentes, nos anos 1990, nas Universidades públicas, sendo localizadas indiretamente ou não na “noção das escolhas racionais”, fundamentada pelos neoliberais e *em virtude do individualismo metodológico, está harmonizada com a ideologia do capital humano (TCH)*. (LEHER, 2014) Sob esta ótica, demanda-se que

organização da sociedade pós-industrial, onde o mundo se apresenta como mais instável e carregado de incertezas. Antigos postos de trabalho e emprego, bem como direitos trabalhistas consagrados, podem acabar desaparecendo rapidamente, abrindo perspectivas para a definição de novas políticas públicas para o trabalho, inclusive no campo da Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL. Ministério da Educação. DCN. 2013 P.210)

⁵⁹ “competência é aquilo pelo qual o indivíduo é útil na organização produtiva.” (LAVAL, 2020 p. 55)

⁶⁰ Não à toa o lema da pedagogia das Competências e expressa nas Leis educacionais recentes, tem como base o “aprender, aprender”, como forma de reeducação constante para as transformações capitalistas a fim de atender as demandas do capital.

os agentes educacionais empreendem sobre os benefícios da educação (e em especial da educação moral), mesmo em meio a escassez de recursos. Forma que está diretamente relacionada com o modo de ser do capitalismo, enfatizando na socialização por meios de pensar e valores sociais.

Continuando, Leher também aponta o predomínio ideológico e em expansão da perspectiva pós-moderna nas Universidades. Conjunto ideológico preocupado com a pauta das opressões, das bandeiras identitárias e crítica em relação às agendas neoconservadoras; entretanto, não há enfrentamento à raiz do problema: a sociedade do capital. Com isso, conclui o autor, houve a recontextualização, de maneiras distintas, da pauta do novo capitalismo baseada em “respeito às diferenças” mantendo as suas formas de expropriações e pautadas na “flexibilidade, autorregulação e autonomia, o individualismo, identidades, antiestatismo, celebração de uma edulcorada sociedade civil, crítica a história e à própria teoria” (LEHER, 2014. p.3).

Elementos que estão presentes *na lógica cultural do Capitalismo Tardio*, na denominada Pós-modernidade como fórmula Frederic Jameson, e que também figuraram as discussões de um suposto fim da história⁶¹. Segundo este autor, a consolidação do pós-modernismo enquanto estrutura cultural se dá no momento da afirmação do neoliberalismo e se potencializa com a expansão de um mercado de bens simbólicos, tendo como objetivo a reificação da consciência dos indivíduos estruturados na Globalização. Para tanto, observamos altos investimentos nos setores relacionados ao entretenimento capazes de redimensionar o caráter alienador da indústria cultural em escalas globais. As evidências desta propagação da lógica mercantil da cultura estão assentadas nas relações sociais onde o valor de troca é superior ao valor de uso.

Sendo assim, os indivíduos nessa lógica não se comportam como sujeitos, mas como consumidores. Pela qual o papel ideológico dos setores de comunicação, jornais e outros o da escola, passam a ser fundamentais para incorporar demandas de vários movimentos sociais e, reformando o Capitalismo para a manutenção da ordem.

Em resumo,

a combinação inusitada, pois não desejada, entre liberais e pós-modernos, afasta a teoria da educação das lutas de classes, combinando capital humano, competências, “oportunidades educacionais”, “escolhas racionais”

⁶¹ Me refiro aqui aos escritos fervorosos que Francis Fukuyama fez em defesa do denominado “fim da história”. Sobre isto, ver: *In*: FUKUYAMA, F. O fim da História e o último homem. 2017 Ed. Rocco, 1ª ed.

com o culturalismo, a identidade e o relativismo epistemológico. (LEHER, 2014. p. 3)

A expansão recente da educação nos países da América latina- independente da sua orientação sócio-política, teve a precarização como fundamento e ofertas de educação profissionalizante em detrimento do seu sentido plural (com conteúdo científicos, histórico-culturais, tecnológico e artístico), reforçando o sentido ideológico forjado pelas burguesias internacionais em consórcio com as burguesias locais para todo o continente: o *Continente do Labor* (ANTUNES, 2011).

Concepções aquelas que foram visceralmente adotadas e manifestadas pelos APH's das burguesias brasileiras (como o TPE) e se manifestam diretamente nas formulações pedagógicas expostas no texto final da BNCC e na estruturação do Novo Ensino Médio- com a adoção de um trabalho voltado para “construção dos projetos de vida” dos alunos e para a formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

Numa simples procura textual na BNCC, é fácil de constatar a utilização de 300 vezes do termo “competências”. O documento entende como competências gerais que se tornaram obrigatórias para os sistemas e escolas: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação, autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania. Sendo estas devidamente requisitadas aquelas pelo mundo do trabalho.

Dessa forma, a noção de competências é mais uma manifestação dos fundamentos do capitalismo tardio presentes na BNCC. A versão do documento (2017), busca descrever “os resultados esperados da aprendizagem em termos de competências gerais” (BRASIL, 2017, p. 15) tanto do alunado quanto de professores. Ademais, esta compreensão também é descrita como “os resultados das aprendizagens precisam se expressar e se apresentar como sendo a possibilidade de utilizar o conhecimento em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões pertinentes.” (BRASIL, 2017, p. 15) Portanto,

A estratégia nos marcos da autocracia burguesa e na conjuntura de ascensão fascista para recalibrar a formação dos trabalhadores, ajustando essa formação aos processos de *uberização* do trabalho que exigem: conformismo, adaptabilidade, empatia, cooperação e um conjunto de competências socioemocionais que devem ser a base da elaboração de um trabalhador despossuído de tudo, inclusive de sua consciência de classe. (LAMOSA, 2020.p.18)

Entende-se que o golpe que colocou Michel Temer no poder possibilitou a articulação mais rápida para implementar o conjunto das contrarreformas educacionais atuais. As políticas educacionais que estavam sendo discutidas, passaram com mais facilidade e com outras proposições voltadas para atender as demandas das frações burguesas. No conjunto daquelas ações alteraram profundamente o orçamento, com a Emenda Constitucional 95/2016, e a política de investimentos na educação até modificações na estrutura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Assim como exploramos ao longo do texto, o documento coloca em prática a minimização dos conteúdos clássicos e científicos, introduzindo questões morais em detrimento das ciências humanas, capazes de promover a reflexão crítica. O fundo moral desta concepção simplista nos revela o pensamento classista burguês, pelo qual os conteúdos clássicos de nada adiantariam para um futuro trabalhador, uma vez que não lhes serviriam para o seu futuro trabalho, mecânico e repetitivo; no caso brasileiro, voltado para o setor predominante na economia brasileira: o de serviços.

Concluindo, as contrarreformas educacionais atuais se colocam com uma complexa estratégia de Empresariamento da educação visando 1. A conformação e aceitação do trabalhador aos novos postos de trabalho com jornadas flexíveis, em constante transformação e formas de trabalho precários- tendo a *uberização* e o *empreendedorismo*⁶², como novo paradigma; 2. Disputa pela hegemonia dentro da sociedade política e em razão dele pautar as políticas estatais, o que representa projetar os interesses intraclasse burguesa e pela tomada da posição dirigente⁶³ através da educação e dos ditames da educação, ao mesmo tempo em que controla e concentra os recursos sociais e estatais destinados à educação pública; possibilitando a crescente oligopolização do setor via Estado⁶⁴. 3. A BNCC materializa

⁶² Em tempos recentes, a Ideologia que tem sido explorada crescentemente pelas burguesias brasileiras, sendo reproduzidas constantemente no grande monopólio midiático, como saída para o “fracasso individual” em meio à crise geral. Sobre isto, ver: CUNHA, Otávio Augusto IN: “Ideologia e Hegemonia burguesa no Brasil: o empreendedorismo como mistificação das massas”, 16 de junho, 2020. Disponível em <https://www.lavrapalavra.com/2020/06/16/ideologia-e-hegemonia-burguesa-no-brasil-o-empreendedorismo-como-mistificacao-das-massas-2/> consultado em 10 de Jun. de 2022

⁶³ Segundo Gramsci, as frações da classe burguesa [dominantes em relação a classe operária] disputam entre si para -através do estado- elaborar o seu projeto social e ideológico, tornando-se classe dirigente. LIGOURI, G. ; VOZA, P. (orgs.) **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. SP, ed. Boitempo 2017.

⁶⁴ De maneira mais recente, o exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) com recursos subsidiados e de recursos públicos destinados para o setor privado educacional superior. Em 2018, apenas o grupo Kroton recebeu R\$ 1bi. FIES: ANÁLISE DA PARCERIA DO ESTADO BRASILEIRO

os saberes requeridos pela nova dinâmica do capital cada vez mais volátil e voraz para os trabalhadores, em no seu processo de *reprodução sociometabólico*⁶⁵ 4. Do aumento da expropriação e da reprodução do estranhamento deste mesmo trabalhador, ‘adaptado desde a escola’⁶⁶, as múltiplas formas de controle da sua vida e do seu trabalho; 5. Transmite concepções próprias da burguesia e tenta reformular padrões de dominação via educação;

3.1. As modificações da BNCC para o ensino de História e o que se pretende ensinar

É recorrente o questionamento do alunado referente a pouca atenção destinada ao estudo do tempo presente. Ao fazê-lo, este não apenas demonstra interesses e curiosidade pelo tema, mas nos evidencia um problema recorrente do próprio currículo tradicional: o distanciamento do aluno frente a compreensão do seu próprio tempo histórico para escamotear a luta de classes. Neste sentido, “por que estamos estudando determinados assuntos em detrimento de outros assuntos?” também se faz presente. Embora saibamos que este problema não seja novo no ensino de história, a forma tradicional do estudo da história é reforçada como parte integrante e organizacional da nossa disciplina na última versão da BNCC. Além de outras modificações radicalmente elaboradas no conjunto das contrarreformas que serão apresentadas e discutidas nesta parte do texto.

Ao longo da elaboração do documento, mobilizou-se uma série de discussões e embates inúmeros dentro do campo da história, sobre quais propostas curriculares, grupos seriam atendidos, concepções e estatutos históricos e recortes e propostos para o documento normativo. Como reflexo das disputas e tensões políticas do momento, o desenrolar da sua elaboração acompanha uma alteração gradual da orientação curricular da primeira para a última versão, implementada. Esta proposição curricular tradicional não aparece em todas as versões da base, pelo contrário, nota-se uma gradual intervenção em prol das alterações tradicionais na segunda e sobretudo, de maneira explícita, na última; que foi implementada.

COM A KROTON Disponível em: <http://www.fineduca.org.br/wp-content/uploads/AnaisV/Relacao-Publico-Privado/publico-privado-8.pdf> .acesso em 05 Jul de 2022

⁶⁵ A forma de ser do capitalismo e da sua reprodução.

⁶⁶ Entendida como uma “extensão das empresas, numa espécie de formação, forjada pelos Recursos Humanos das burguesias brasileiras”.

Assim, é importante recuperá-lo brevemente aqui, a partir da análise textual, comparando alguns elementos importantes das três versões elaboradas para a base.

A primeira versão, elaborada ainda no governo da Presidente Dilma, em 2015, contou com a participação de historiadores, intelectuais, elaboraram uma proposta curricular considerada mais “progressista”, “brasilianista” e com amplos questionamentos dos marcos temporais históricos estabelecidos. Textualmente, sua primeira versão demonstrava algumas preocupações para que o aluno minimamente reconhecesse os seus direitos, dos alunos reconhecerem os direitos das pessoas próximas a eles e de como ampliar esses direitos. (BNCC,2015)

Em nosso componente, alguns pontos nos chamam atenção. O primeiro diz aos objetivos, uma vez que todos os seis itens iniciam com um verbo educativo indicando uma ação intelectual. Visando a apropriação dos conhecimentos históricos produzidos e que a partir disso, irá fomentar alguma reflexão dialética do aluno; tais como “Entender”, “Compreender”, “Problematizar”, “Desenvolver”. Isto é, procedimentos o qual valoriza minimamente a crítica do aluno perante o que é estudado e da transformação dos mesmos [sujeito e objeto].

O segundo ponto que nos chama atenção é a respeito do objetivo da disciplina: *viabilizar a compreensão e problematização dos saberes e dos fazeres de pessoas, em variadas espacialidades e temporalidades, em dimensão individual e coletiva* (BNCC,2015 p. 241). Na sequência, por fim, o texto apresenta seu *ponto central, os usos das representações sobre o passado, em sua interseção com a interpretação do presente e a construção de expectativas para o futuro.* (BNCC,2015 p. 241 – grifo nosso)

O que se aproxima, neste sentido, da concepção utilizada por Jörn Rüsen (2006), onde se afirma que o aprendizado da História não deve se limitar à aquisição do conhecimento histórico como uma série de fatos objetivos e encadeados. Além disso, o conhecimento histórico deve contribuir para a formação da chamada Consciência Histórica, ou seja, agir para e em função de criar organizações mentais, de forma dinâmica, tornando possível que esta se integre à vida cotidiana do sujeito. Portanto, deve servir como instrumento do entendimento de onde o ser social está inserido (na dinâmica espaço temporal) e proporciona leitura crítica do presente e das perspectivas de futuro que podem ser modificadas a partir deste.

Essa leitura do presente e a construção teórica de perspectivas do futuro, por sua vez, estariam alicerçadas nas experiências humanas do passado. Dessa forma,

notamos a preocupação com o questionamento do conhecimento dado e acabado, socialmente reproduzido e numa relação social e individual bem como dos usos da história. Apontando, inclusive, possibilidades de questionamento sobre os tempos históricos vividos e da projeção daquilo que se espera para o futuro. Ou seja, da possibilidade do presente ser alterado em razão do futuro.

Já para o segundo texto da base, o foco mudou. Como se nota abaixo:

A juventude que conclui o Ensino Médio deve ser capaz de questionar, analisar e posicionar-se criticamente no mundo; comunicar-se e intervir em diferentes contextos, usando as várias linguagens (oral, escrita, científica, digitais, artísticas e corporais); solucionar problemas de forma criativa e inovadora; interagir com o outro e suas diferenças; reconhecer, expressar e gerir suas emoções; liderar, empreender e aprender continuamente. (BRASIL, BNCC 2016, p. 491)

Não à toa estes elementos empresariais aparecem no contexto de mudanças a partir do golpe e é fruto da maior atuação dos grupos empresariais na pauta da própria base, em especial do TPE. Como referendamos no tópico anterior, as contrarreformas no sistema de educação brasileiro contaram com ampla participação do TPE e outras APH's e serviram de ponta-de-lança para a expansão do projeto ultraliberal das frações da burguesia brasileira, a fim de educar “um novo perfil de trabalhador”: mais flexível, produtivo, as constantes inovações tecnológicas e as instabilidades no mundo do capital, naturalizado ao mundo do trabalho cada vez mais precário bem como sua vida.

Assim, acompanhando a concepção utilitarista que norteiam o texto final da Base, as disciplinas clássicas e com potencial crítico foram amplamente afetadas pelas contrarreformas. Se o educar da base se está preocupado com o presente e nas novidades para os usos no mundo do trabalho, o que se pretende então com uma disciplina que tem como eixo fundamental o estudo dialógico do passado? E ainda, quais as modificações observadas no nosso componente?

O componente história foi muito afetado, sendo cometido, como alguns historiadores apontam, um *historicídio*⁶⁷ em curso. A primeira alteração elaborada pela

⁶⁷ Há poucos dias um grupo de historiadores [Antônio Simplício Neto; Paulo Eduardo Mello; Valdeir Araújo; Paulo Eduardo Teixeira] publicizou um artigo na folha de São Paulo (com data de 03/09/2022) criticando -com razão- os prejuízos provocados pela BNCC (2018) e dentre outros, que prejudicam o Ensino de história e o estudo da história, na educação básica. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2022/09/ha-um-historicidio-em-curso-no-brasil.shtml> acessado em 03 Set. 2022

BNCC homologada em 2018, para o Ensino Médio, retira a obrigatoriedade do ensino da disciplina; papel de importância que historicamente ocupava na grade curricular, desde o século XIX. Ao mesmo tempo em se perde autonomia da disciplina, quando a base traz uma profunda alteração em relação a organização das disciplinas, com a justificativa de aproximá-las e quebrar barreiras tradicionais, agrupa as áreas em quatro grupos do conhecimento. História compõe um quarteto com Geografia, Sociologia e Filosofia (“denominadas *Ciências humanas e sociais aplicadas*”) (BRASIL, 2017 p.15).

Esta tem por premissa superar as concepções de ensino e criar campos generalistas de trabalho que atendam aos interesses individuais de cada aluno e seus projetos particulares de vida, por meios -inclusive- como “projeto de vida”. Dentro deste entendimento recortado pelo individualismo, a nossa disciplina estaria condenada no Ensino Médio e sendo substituída pelo “grupo do saber”. O que nos faz imediatamente lembrar -não sem razão- dos tempos de ditadura empresarial militar, quando o ensino fundamental era dominado pela visão tecnicista dos Estudos Sociais e Moral e Cívica com danos às disciplinas clássicas como História, Filosofia e Sociologia.

Já para o Ensino Fundamental 2, a História se mantém obrigatória, mas agrupada com Geografia e estando organizada em 4 eixos: Linguagens (Língua Portuguesa, Educação Física, Artes e Língua Inglesa); Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas (História e Geografia).

Os componentes curriculares estão divididos em unidades temáticas, objetos do conhecimento e habilidades almejadas. A divisão curricular de História, como indicamos, é tradicional ao optar pela divisão histórica quadripartite, conteudista, numa concepção de história baseado com inspiração nos valores franceses e que legitima os valores históricos hegemônicos de uma sociedade marcadamente racista e de capitalismo dependente⁶⁸.

Tomemos por análise a estrutura de História no Ensino Fundamental 2, a partir

⁶⁸ “Para FLORESTAN (2020), ao contrário daqueles considerados pelos estudos “etapista” do ISEB (Instituto Superior Brasileiros), o subdesenvolvimento do capitalismo brasileiro não era um estágio, mas sim sua forma. Assim, considera a dependência e a associação com o imperialismo como a natureza do capitalismo brasileiro periférico. Portanto, o que se concretiza nas formas intensas de expropriações e no estado autocrático, o que o intelectual caracteriza como capitalismo selvagem. Uma vez que coaduna crescimento econômico dependente, produzindo riquezas para as classes dominantes locais bem como para as burguesias internacionais, com miséria e exclusão; direitos, apenas para as frações dominantes. Articulado, neste sentido, elementos de “fora para dentro” e “de dentro para fora” da lógica imperialista.

do texto base da BNCC (2017). Sem surpresa, entendemos que o componente História também reproduz algumas concepções individualistas em sua análise, com atenções prioritariamente voltadas para o indivíduo e não para o coletivo. Como podemos observar a partir de algumas categorias analíticas da Antropologia, como a noção da alteridade⁶⁹ mesclando com uma abordagem sócio culturalista, das representações e em outros momentos, uma abordagem um pouco mais progressista. Lembremos que a versão final é reflexo das inúmeras tensões sociais e do empresariamento da educação e seu texto reflete estas questões.

Como citamos, a história está organizada numa escala linear de tempo cronológico, quadripartite e fica mais evidente na sequência. Nos três procedimentos básicos que se pretende a BNCC evidencia-se mais uma vez as limitações de operações requisitadas pelos docentes. O primeiro requer que o aluno saiba “reconhecer os elementos importantes da história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), **ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico.**” (BNCC, 2017. p.416 – grifo nosso). Ou seja, possibilitando que o aluno conheça um modelo tradicional da divisão do tempo linear (cronológico), bem como o espaço onde estas sociedades se desenvolveram.

Já o segundo,

propõe o desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e memória, por meio de uma ou várias linguagens (BNCC, 2017. p.416)

Dentre os três procedimentos, esta talvez seja a mais elaborada. Envolvendo alguma apropriação e crítica a produção e circulação de documentos das fontes históricas: “atitude historiadora” que, no entanto, se limita a aplicação conforme os meios necessários para tal.

Voltando a organização, os alunos do sexto ano são introduzidos na história antiga: com os estudos de Grécia, Roma e Idade Média, prioritariamente, e estes também podem ser introduzidos nas sociedades indígenas americanas. Ao longo das aulas a base sugere-se que a habilidade de **comparação** (BNCC, 2017. p.416- grifo nosso) seja valorizada como elemento norteador para a compreensão da alteridade:

⁶⁹ Não entendemos que essa aproximação seja equivocada, mas ao se tornar o referencial teórico de uma parte significativa da concepção histórica explicita-se uma opção por um processo distante das lutas coletivas e bem como da luta de classes. Tornando o estudo da história em sua prioridade, para entender a si próprio.

da diferença entre aos hábitos dos alunos, das formas de viver bem como de outras formas de vida existentes. Propondo não apenas as diferenças, mas ao mesmo tempo, os significados constituídos a partir dele.

No sétimo ano, o estudante é introduzido ao “mundo moderno”. Apesar de possuir algumas mais próximas do aluno, em geral, a Europa mais uma vez começa como referência: a partir dos estudos do Renascimento; os descobrimentos; as lógicas das sociedades, com recorte histórico do século XV ao final do século XVIII. Podendo em alguns contextos-dependendo da região Brasil- o professor pode priorizar de algumas sociedades indígenas, de Reinos Africanos e do processo de colonização.

No oitavo ano, a prioridade é para a História contemporânea. Iniciando a partir das tradicionais revoluções Francesa e Industrial (no séc. XIX): destacam-se os múltiplos processos que desencadearam nas independências das Américas, com ênfase no estudo sincrônico com a Europa. Ainda, *África, Ásia e Europa são objetos de conhecimento e as resistências a esses discursos e práticas*. (BNCC, 2017. p.418- grifo nosso) O ressaltado no texto condiz com o fato de que em nenhum momento mencionou “capitalismo” e, na sequência, o Imperialismo como uma relação intrínseca. Outra questão diretamente relacionada a esta parte do texto é o fato desses temas serem discutidos em determinados contextos. O estudo da China, por exemplo, só aparece em consonância com o imperialismo e as ações europeias na região. Antes disso, apenas vagamente no sétimo ano. Ou seja, mais uma vez reforça, nas entrelinhas, o predomínio de uma visão tradicional da história.

No nono ano, o foco dos estudos será em torno do século XX e XXI, quando se tem uma visão geral deste contexto, bem como de temas ligados: a República, a Era Vargas aos governos ditatoriais e toda a problemática ligada à Globalização. Priorizando as temáticas ligadas à história do Brasil republicano ao estudo da história recente que, no entanto, como consta na BNCC vai até com a implementação da Constituição de 1988. Como podemos observar também, o currículo extenso desta série, a valorização de determinados temas históricos (como a primeira República) e, em condições de tempos de aula minoradas como as atuais, possibilita um abismo entre o currículo previsto e o currículo real- trabalhado em sala. Neste sentido, ao longo dos meus anos de experiências, conseguir trabalhar o complexo tema da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), ainda que no final do ano letivo, já se torna motivo de comemoração para os professores e alunos.

Além disso, é importante ressaltar que alguns recortes, categorias e conceitos aparecem de maneira vaga e sem uma clara definição, onde se tem numa mesma unidade temática da “história recente” temas da Guerra-Fria até a *Globalização*. O que nos parece uma grande homogeneização dos termos e com pouca preocupação até mesmo na definição conceitual. Da mesma forma consta algumas categorizações da história de características revisionistas⁷⁰ da história: como o do *Totalitarismo*⁷¹ e *conflitos mundiais*: pela qual confere uma aproximação grave entre Fascismos e Stalinismo, no período entreguerras. Além do risco dos falseamentos históricos, os revisionismos carregam consigo uma concepção de história conservadora, uma vez que as revoluções, por exemplo, como a Russa (1917) “poderiam levar a regimes autoritários”: como na relação feita anteriormente. Revisionismos também presentes na categorização da “Ditadura civil-militar”⁷² e na problemática relacionada ela que, em algumas apostilas, tendem a lhe confere o título de “República dos militares”⁷³.

Concluindo, não daremos conta de elencar todos os problemas apontados relacionados ao nosso componente. No entanto, como expus ao longo do texto, a

⁷⁰ A revisão histórica é fundamental para o desenvolvimento do saber histórico e sobretudo da historiografia. No entanto, os revisionismos se pretendem a muito bem falsear -em alguns momentos- os fatos históricos e suas raízes socioeconômicas.

⁷¹ É uma categoria fundamentada pela filósofa Hannah Arendt, em “As origens do Totalitarismo”, SP: Cia das Letras. Escrito após o Holocausto, se propõe a pensar os fundamentos do Nazismo entendendo-o como um desvirtuamento da lógica individual, da aceitação moral e cristã alemã frente a barbárie; retirando as bases materiais do capitalismo. Ao criar essa categoria, de fundo idealista, nesse sentido, qualquer regime seria classificado como “totalitário” por possuir um partido único; a manipulação das massas, do governo do medo. Em função da aproximação escabrosa. Portanto, ao fazer essa classificação, a filósofa elege um modelo ideal de sociedade: a Democracia. Mas, que democracia? A Liberal Burguesa. por sinal se faz algumas menções a ela ao longo da BNCC (vide a p. 400). Não pretendemos dar conta do assunto aqui, neste sentido sobre o tema exposto anteriormente, Ver: FIGUEIREDO, Tatiana da Silva Poggi *Revisitando o fascismo: o revisionismo e a relativização do conservadorismo* IN: SENA JR., Carlos Z. de; MELO, D. B.; CALIL (orgs.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Ed. Consequência. 2017. / & LOSURDO, D. Para uma crítica da categoria Totalitarismo. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica17-A-losurdo.pdf > acessado em 20 Set.2022

⁷² Conforme conta em algumas apostilas, a exemplo do COC by Pearson, coleção infinita da anulação assim os ‘princípios democráticos da política’. Ou seja, pode se classificar “totalitário” o Stalinismo e o Fascismo, numa aproximação escabrosa. Portanto, ao fazer essa classificação, a filósofa elege um modelo ideal de sociedade: a Democracia. Mas, que democracia? A Liberal Burguesa. por sinal se faz algumas menções a ela ao longo da BNCC (vide a p. 400). Não pretendemos dar conta do assunto aqui, neste sentido sobre o tema exposto anteriormente, Ver: FIGUEIREDO, Tatiana da Silva Poggi *Revisitando o fascismo: o revisionismo e a relativização do conservadorismo* IN: SENA JR., Carlos Z. de; MELO, D. B.; CALIL (orgs.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Ed. Consequência. 2017. / & LOSURDO, D. Para uma crítica da categoria Totalitarismo. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica17-A-losurdo.pdf acesso em 20 Jul. de 2022

⁷³ Nomenclatura recorrente em materiais didáticos, como na supracitada.

componente história sofreu graves modificações nas contrarreformas educacionais ao longo das suas reformulações textuais e da presença mais assertiva do empresariado na formulação da base. Modificações que começam pela Base e se estendem para modificações forçadas também para o campo da história, da formação e dos historiadores. Neste sentido, ainda que a Lei 14.038/2020 tenha regulamentado a profissão do historiador, uma vez que se dilui a história no Ensino Médio agrupada com outras disciplinas, outros professores de outras disciplinas poderão lecionar o conteúdo de “Humanidades”.

Fomentando esta problemática, com a atual retirada gradual das disciplinas científicas do currículo, como a história, altera também a formação do professorado; como na resolução 02/2019. Esta permite uma diminuição da carga horária dos conteúdos específicos da história em função dos conteúdos presentes a partir do novo Ensino Médio. Ou seja, a formação que também se pretende para o professorado é casada com as implicações do ensino e sociedade pensados em formatação com o Golpe de 2016.

Assim, da retirada da sua obrigatoriedade como componente independente, no Ensino Médio, enquanto no Ensino Fundamental, a sua forma e concepção estão diretamente relacionadas às formas tradicionais do estudo da história. Discussões e apresentações de temas de forma aligeiradas dariam a fim de dar conta de um conteúdo extenso possibilitam que o aluno explique genericamente sobre diversos temas do passado. Contudo, explicar não é entender, valho-me da reflexão de Emir Sader:

A diferença de explicar e entender pode dar conta da diferença entre acumulação de conhecimentos e compreensão do mundo. Explicar é reproduzir o discurso midiático, entender-se é desalienar-se, é decifrar, antes de tudo, o mistério da mercadoria, é ir para além do capital. (SADER, E. *In: prefácio: MESZÁROS, 2008 p.15*)

4. AS TENDÊNCIAS E FORMAS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O ENSINO DE HISTÓRIA

A valorização do trabalho docente consta legalmente balizado no artigo 206, da Constituição Federal promulgada em 1988, e nos planos nacionais de Educação como o último⁷⁴, nas metas 17:

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar o rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE. (BRASIL, 2014)

E na meta, 18:

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior público de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, determinado em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da C.F. (BRASIL, 2014)

No entanto, as políticas asseguradas na lei são a muito custo colocadas em práticas, a depender de alguns municípios e estados do território brasileiro com muitas lutas empreendidas pelos professores e, principalmente, para os professores do setor público: com algumas garantias e estabilidade garantidas. Estudos apontam uma grande defasagem salarial em relação ao setor privado⁷⁵, e aumento da instabilidade professoral no contexto atual.

As tendências e as condições da precarização do trabalho docente não passam apenas pela desvalorização salarial, apesar de ser importante fator histórico. Dessa forma, buscamos aqui apresentar as formas e tendências de precarização que avançaram para o trabalho docente, em relação às condições de trabalho, em especial para os da rede básica de Ensino. Na sequência, buscamos apontar a nova fração intraclasses trabalhadora forjada no contexto atual de contradições capitalistas: o *preariado docente*⁷⁶, a qual não possuem estabilidade empregatícia, estando mais suscetíveis às mudanças e transformações no mundo do trabalho. Entendemos que as condições a qual os docentes estão circunscritos interverem diretamente na realização interferem diretamente no planejamento da sua aula, nas metodologias

⁷⁴ Compreendendo decênio: 2014-2024;

⁷⁵ Sobre isto, ver : <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-02/estudo-mostra-defasagem-de-salarios-de-professores-da-rede-particular> Acesso em 10 Set. 2022

⁷⁶ Termo sugerido por SILVA (2019)

adotadas bem nos desdobramentos da sua condição precária. Assim, ao final, indicaremos alguns problemas para a precarização da área de História e do professorado.

Tal como o café não ser novidade para o professorado, a ausência de valorização docente é algo constante e histórico em nosso país. Entretanto, nos chama atenção a ampliação neste momento da precarização do trabalho docente, da ampliação de sua mercantilização e da diminuição do valor simbólico do trabalho docente, nesta fase do Capitalismo. E como o trabalho docente está diretamente associado ao processo da educação forma, a escola, segundo este autor, tem sofrido uma grande modificação da instituição escolar associadas a três tendências:

a **desinstitucionalização** (baseada em princípios racionalizantes e voltada para produção de resultados), **desvalorização** (na transmutação de todos os elementos a meros valores econômicos) e **desintegração** (adequação progressiva da escola aos elementos de mercado, por meio de questões orientados pelo consumo). (adaptado de LAVAL, 2019. p.23. grifo nosso).

Como discutimos nos itens anteriores, o capitalismo produz a cada expansão uma massa de trabalhadores despossuídos que disputam postos de trabalho cada vez mais escassos e precários em meio a concentração cada vez maior de recursos sociais de produção. E no campo intelectual não tem sido diferente, o processo de *mercadorização* da educação brasileira nos últimos 30 anos, piorou as condições para o trabalho docente, em relação aos salários e das suas condições de trabalho, tendo a BNCC como novo padrão como nova métrica do trabalho docente as ações da burguesia brasileira historicamente têm sido em relação a separação do trabalho intelectual e manual, cerceando as concepções e práticas do professorado a meros replicadores de conteúdo, como na educação bancária (FREIRE, 2016).

Dessa forma, os limites que se impõe ao exercício do trabalho docente no capitalismo periférico/dependente, é de um lado a preparação dos trabalhadores para o mundo do trabalho e do outro, com a utilização dos menores investimentos possíveis; almejando sobretudo a expropriação do saber docente e ao mesmo tempo, uma vez que a educação se torna mercadoria, a métrica sobre o trabalho se expressa a partir de padrões drástica redução da participação docente nos rumos do processo educacional e, principalmente, no que tange a sua decisão, da sua autonomia até mesmo em relação ao seu planejamento curricular: imputando aos docentes: uma clara divisão do trabalho, como aqueles que detêm conhecimento necessário para

executarem tais planejamentos- com formulados de acordo pelas leis educacionais e Sistemas de Ensino.

Num contexto histórico geral de transformações produtivas conduziram ao predomínio da flexibilização dos contratos trabalhistas, quando há uma tendência a precarização das condições de trabalho que afeta os trabalhadores como um todo, situados no setor público e especial, no privado. Portanto, fatores estes que condicionam a preparação docente para uma nova forma, mais adaptada às inúmeras condições didático-pedagógico e das novas relações de trabalho prementes- *docentes de novo tipo* na medida em que amplia a expropriação do conhecimento dos docentes, desagrega a autonomia pedagógica, desqualifica o trabalho docente com o objetivo de moldá-lo aos interesses do capital e enfraquece os sindicatos para desmobilizar a luta coletiva (SILVA, 2018).

Existe uma nova tendência a ser observada com mais cuidados no setor educacional, da rede privada. Com a monopolização recente da educação, setores empresariais ditam não apenas os valores das mensalidades no ‘mercado da educação’, mas pressionam o valor da hora/aula e vencimentos professores para baixo ou para conter as progressões salariais ao longo do ano. Há uma tendência em voga neste momento na rede privada, a partir da implementação de ‘plano de cargos e salários’ para Celetistas; com a função de ‘adequar’ o salário do professorado ‘as novas realidades’ via acordos coletivos – feitos com sindicatos, no caso da rede privada, mais desarticulados e distantes da realidade professoral.

Ações como essa tiveram início nas grandes redes privadas de educação e foram se tornando um molde para as relações entre o patronato e o professorado; ao ponto de escolas menores ‘de bairro’ adotarem. Em conjunto, este plano estabelece para o professorado: níveis de enquadramentos diferenciados entre o professorado, com salários diferenciados para cada enquadramento. E através de tempo de casa e alguns outros fatores (como ‘tempo de casa’, qualificação profissional e avaliação interna-considerando entrega de materiais, correção e entrega de avaliações para a coordenações escolares, absenteísmo, atrasos e outros) seria possível a ‘ascensão profissional do professor’ na instituição pelo enquadramento atingido. Isto é, elementos empresariais meritocráticos presentes nas relações de trabalho a partir de métodos totalmente questionáveis.

Dessa forma, rebaixam-se salários, promove-se a competição entre o professorado, além promover formas de controle do trabalho atrelado às condições

salariais.

Portanto, tendências como se pretende ampliar para o setor público educacional. Pode-se dizer que esta ação encontrou correlação com o que aconteceu aos docentes da Estácio de Sá, pertencente ao grupo *Kroton*, em 2017⁷⁷. Quando foram demitidos após a implementação da contrarreforma trabalhista e alguns destes foram recontratados por formas de modalidade diferentes (pelo Microempreendedor ou Pessoa Jurídica) e plano de carreiras; rebaixando salários e precarizando as condições de trabalho, mais competitivas.

O olhar atento às pequenas questões do cotidiano da cultura escolar pode nos revelar alguns problemas que estão em meio a dimensões que se reproduzem nas múltiplas complexidades e encaminham as nossas análises. Tal como na mesma sala dos professores que, mesmo meio a rotina apressada de trabalho, regado a café, é espaço de encontro importante para o compartilhamento de experiências, de visões de mundo, da percepção sobre os processos pedagógicos e da socialização entre o professorado.

Este espaço serve de termômetro para inúmeras questões, e usado com frequência para condensar queixas em profusão sobre condições de trabalho, salário e relações de trabalho, saúde e vida dos professores não apenas das instituições escolares, mas das circunstâncias atuais, no capitalismo tardio. Tem sido constante o sentimento produzido frente aos limites do exercício da autonomia docente que impõe o currículo pronto⁷⁸ e tem entendido em profissionais com “conhecimento técnico” capazes de reproduzir e massificar diversas aulas para turmas e alunos diferentes um dos outros; do ritmo apressado que se impõe para preparação e planejamento das aulas, bem como do exercício de aulas; limitando a compreensão das demandas prévias de seus alunos e de entender alunos como indivíduos pensantes; das longas jornadas de trabalho, a partir das múltiplas formas de *trabalho indeterminado*⁷⁹ entre o trabalho em sala e outras não pagas; das formas de trabalho intermitente e do *just-*

⁷⁷ Sobre este caso, ver: Sobre o caso da Estácio de Sá:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/06/politica/1512591440_338894.html acesso em 05 de Jul. de 2022

⁷⁸ Como discutido no tópico anterior, a Base Comum Curricular (BNCC), promulgada em 2017, orientou a reformulação do currículo escolar brasileiro em associação às amplas contrarreformas educacionais, em consórcio com o Novo Ensino Médio, aplicaram grandes modificações sobre a autonomia docente. Entende-se que apesar do documento se legitimar através das bases democráticas, plurais e a defesa do acesso à educação, não houve nenhuma participação docente na sua versão final. No decorrer da sua formulação, está conteve uma orientação mercadológica da educação e modelada a partir de avaliações externas.

⁷⁹ Termo explorado por Amanda Moreira (2019).

in-time, da fragilidade das relações de trabalho assegurado pelos direitos trabalhista, da *pjotização* e da contínua *uberização* nos tempos recentes⁸⁰ e, que pela insegurança proporcionada, provoca o medo constante de não estar empregado⁸¹ e não conseguir sobreviver da profissão. Tendo para isto, no mínimo, dialogar com o que se ‘espera’ do professorado a fim de não perder seus meios e corroborar-se indiretamente nas formas de precarização.

Essas formas de trabalho estão no conjunto das transformações produtivas conduziram a o predomínio da flexibilização dos contratos trabalhistas, quando há uma tendência à precarização das condições de trabalho (SILVA, 2019), pela qual a totalidade da força de trabalho e das flexibilizações geram uma rede que integra diferentes formas de subcontratação reduzindo os salários dos trabalhadores, bem como do professorado. Não à toa hoje, a maioria da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira atual se encontra em trabalhos informais ou com pouca proteção trabalhista⁸².

Portanto, condizente com o contexto atual, como apontado por SILVA (2019), enquadra-se hoje massa de professores sem direitos que, expropriados, compõem uma fração da classe operária, que se sugere nomear o *preariado docente*; sus salários são mais baixos, mais variáveis e imprevisíveis. Isto é, parte do princípio que nem todos os professores possuem as mesmas condições de trabalho, previsibilidade e salariais. Segundo Amanda Moreira (2018), resguarda as especificidades do termo, o *preariado docente* -como uma fração da classe trabalhadora sem direitos e do próprio professorado- sugere que estes docentes estão em condição desocupação e com ocupação totalmente irregular, que não conseguem se inserir nas atividades empregatícias e dessa forma, perambulam de ocupação em ocupação para garantir suas formas de sobreviver.

Assim, a expansão do Exército Industrial de Reserva contribui para manter ou reduzir os salários dos trabalhadores e também cria uma massa de sujeitos dispostas

⁸⁰ A respeito disso, entendemos que o avanço capitalista em sua fase mais aguda, a partir da década de 1990, provocou uma contrarrevolução frente aos direitos assegurados aos trabalhadores, ao longo deste século. Dessa forma, o capital em sua lógica de acumulação e reprodução avança no sentido de precarizar as formas de trabalho, cobrando mais esforços dos trabalhadores, para recompor sua taxa de lucro. Sobre este tema, FONTES (2017) e ANTUNES (2018)

⁸¹ Presente de maneira constante na vida do professorado, nos últimos tempos. Formulando a intensa Reserva de mão de obra industrial reserva.

⁸² Como demonstrado em estudos recentes do IPEA. In: *Trabalhadores informais apresentam aumento da renda efetiva no segundo trimestre*. 01/09/2022

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13123-trabalhadores-informais-apresentam-aumento-da-renda-efetiva-no-segundo-trimestre> consultado em: 20 de Set. de 2022

a inserir-se imediatamente no mundo do trabalho, mediante as requisições existentes, em quaisquer condições.

Portanto, o *preariado* seria,

A fração mais mal paga e explorada dos professores brasileiros, em geral certificada em sua maioria, em busca do primeiro emprego no magistério público, em início de carreira ou ainda não formados e que desenvolvem vínculos de trabalho precários; distinto do professorado estável-formal, concursado, que tem organização sindical e possui acesso aos benefícios e direitos trabalhistas, além da perspectiva profissional. (SILVA, 2018. p. 2017)

As formas precárias de trabalho e vida transformam corroboram para a 'proletarização da profissão' e transformam o professorado num cumpridor de metas. Sendo a possibilidade de não cumprir as metas estabelecidas, um temor para este professor que receia sobreviver. É neste sentido que o professor também se transforma em 'gerenciador do seu próprio trabalho', recobrando uma série de metas a serem estabelecidas e cumpridas.⁸³

Como indícios atuais, pelas formas e ritmos de trabalho cada vez mais acelerados, a revalorização do conteudismo e do neotecnicismo- em pouco tempo de trabalho com os alunos em sala de aula e com jornadas de *trabalho indeterminado* entre o trabalho dentro de sala e outras não pagas que se 'confundem' entre tempo destinado ao trabalho, casa e lazer. O tempo que é cada vez mais raro ao professor-trabalhador e ainda a dimensão do tempo docente medida que mede a carga horária docente bem como seu salário. No conjunto do seu trabalho, o pagamento pelas jornadas de trabalho não pagas, inclusive, é uma grande reivindicação histórica da categoria. SILVA (2017)

Não raro foram às vezes quando, no início do ano, as coordenações escolares nos entregavam -junto aos materiais escolares- um documento contendo o planejamento pelo qual cada professor deveria seguir. Cronograma este feito previamente pelo Sistema de Ensino adotado- combinados aos conteúdos normativos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e adequado ao calendário anual da instituição, coordena os ritmos de trabalho para os professores⁸⁴ tendo os módulos da

⁸³ Neste sentido, é muito comum a associação do esgotamento emocional, físico e psicológico (*burnout*) ao trabalho docente. Pela qual a sensação de incapacidade é contínua. Sobre isto, ver: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/reportagens/17012-burnout-atinge-quase-50-dos-professores-conhe%C3%A7a-os-sintomas-e-saiba-como-tratar> acesso em 15 de Set. de 2022

⁸⁴ A ser controlado, seguido e cobrado por tais 'atrasos' quanto ao cronograma previsto. Existem meios institucionais de cobrança do cronograma: a partir da avaliação do superior (coordenadores)

apostila como norte; independente da disciplina e também, da carga horária para tanto. É decerto que este planejamento desconsidera as especificidades, os parâmetros dos planejamentos de cada disciplina, as demandas do alunado e do próprio abismo das condições proposta pelo próprio Sistema de ensino⁸⁵ e a realidade da escola. E quando questionados sobre as limitações e os desafios imputados à nossa autonomia, as respostas ouvidas reproduziam formalidades pelo qual caberia ao professor encontrar soluções para tanto.

Se no campo da educação há um entendimento que o processo de definição do currículo, planejamento, continuação dos estudos, os caminhos e estratégias adotadas ao longo do ano letivo compõe os elementos basilares ao trabalho docente e de sua autonomia, a precarização quebra este quadro em duas frentes. Em função da precarização, dos baixos salários e das condições de trabalho, o professor não possui tempo hábil para planejar suas aulas e passa a reproduzir e massificar suas aulas- a partir de planejamentos já feitos- desconsiderando as individualidades presentes nas turmas. Ou seja, a partir de um modelo pronto se enquadra um determinado tema e o apresenta a partir de uma ótica própria: massificando as suas aulas.

A segunda se encontra na redução da autonomia docente e na desintelectualização do professor em função da reprodução de algo pronto, acabado: a BNCC. Primeiro, ainda que o professor faça seus “percursos itinerantes” dentro da BNCC, a sua autonomia fica em segundo plano frente a base. Ou seja, pode-se adaptar, incorporar e readequar a base para as demandas em sala, no entanto, a base se coloca à frente do professorado.

Além disso, com a ascensão recente do bolsonarismo em torno de pautas conservadoras, muitos professores-como o que vos fala- tornaram-se alvos da vigilância do projeto do ‘Escola-sem-partido’. Tendo seu auge no contexto do golpe de 2016, a ameaça aos professores foi mobilizada em torno de um conjunto estruturado de irracionalismos, como a “possível ameaça moral” trazida em torno da criação e

que elabora, ao longo do ano, avaliações que, dentre os parâmetros, leva em consideração o cumprimento do planejamento. Em algumas grandes redes de ensino, a avaliação compõe uma das métricas docentes, pois, o coordenador da área elabora a avaliação para diversas unidades. Cabendo a professor de cada unidade “acompanhar” o “ritmo de trabalho”; sob pena de não ocorrer sincronia entre os professores, e os alunos serem prejudicados nas avaliações. Consequentemente, o professor “em descompasso” sofrerá consequências.

⁸⁵ Teve casos, por exemplo, de quando a orientação do planejamento para História formulada pelo Sistema de Ensino ter como referência 4 tempos (de 50 min/cada) semanais, sendo que a própria escola disponibiliza 2 tempos semanais.

discussão sobre a criação e valores apresentados às crianças e de seus filhos somado a reabilitação de valores da guerra-fria tentando, com uma série de constrangimentos, a cerceamento do pensamento crítico. Como resposta a esta questão, o bolsonarismo defende a bandeira do projeto do *homeschooling* e das “escolas cívico-militares”.

Apesar do projeto de lei defendido por este grupo em torno do escola-sem-partido ter sofrido sua derrota derradeira nos tribunais, suas ações trouxeram graves e reais ameaça às liberdades do professorado. Tanto que seus reflexos se mantiveram, uma vez que gerou uma série de debates e questionamentos sobre os ‘limites éticos’ do professorado em relação a seu trabalho, inclusive, entre os nossos pares a fim de internalizado para avaliar ‘possíveis situações’. Portanto, estas ações oxigenaram, pelo quadro da extrema-direita, o quadro de precarização do professorado em suas instâncias intelectuais ao tentar empobrecer o trabalho do professor replicando a visão tradicional de educação.

Essas reverberações, portanto, geram problemas aos professores que transformam suas aulas em possibilidades de discussões sobre o presente vivido, uma vez que o professor optaria “fugir do tema que estaria fora da apostila”, conteúdo “obrigatório”. Logo, não seria visto como “aula” ou fuga ou da opção de o professor discutir “temas polêmicos”⁸⁶; cabendo providências sobre o trabalho do professor.

Neste sentido tradicional, a apostila serviria como regra e meios para organizar e controlar o trabalho docente⁸⁷. E como tal, exige-se que o professor a use em sala e em vários momentos, a tome como referência para suas aulas. Devido a precarização docente e massificação das suas aulas, corre-se o risco de não a tomar norteadora das aulas dos professores e não como fonte cabível de crítica; reproduzindo diversas categorias, conceitos e concepções teórica-metodológicas possivelmente problemática e que estão vulgarizadas em diversos sistemas apostilados.

Corroborando para a precarização e controle do trabalho docente tal como, por outras vias, faz a BNCC, uma vez que, como discutimos no último tópico, aquela organiza a educação brasileira atual. É inevitável reforçar que a desvalorização das

⁸⁶ Como dado empírico, professores de diversas redes de ensino privado foram “orientados” a evitar a discussão de temas polêmicos em sala de aula. Sobretudo aqueles que possam ter alguma repercussão para a escola.

⁸⁷ Outro dado empírico, é sabido como a venda de materiais apostilados e de sistemas de ensino estão intrínsecos a mercadorização e mercantilização da educação. Com isso, os professores são cobrados a utilizar apostila de maneira formal-institucional e informal (por parte dos alunos e pais).

ciências humanas e das condições de trabalho dos professores só favorecem os condicionantes elaborados pela própria precarização, numa espécie de espiral. Pois, como o professor trabalha por tempos de aula, e havendo uma redução, será necessário para sua sobrevivência- o professor trabalhar em mais lugares/ escolas; o que 1. Na atual conjuntura- em meio a uma massa de indivíduos em igual circunstâncias precarizadas- é dificultado; 2. Ainda que o professor consiga aumentar sua carga horária em outras instituições, as demandas de trabalho são multiplicadas conforme o aumento de emprego, fomentando a precarização, não por uma escolha individual, claro; 3. Muitos professores recorrem a complementação dos seus ganhos trabalhando com cursos na internet, a qual não possui nenhuma garantia de retorno nem menos direitos trabalhistas. 4. A busca por professores cumpridores de tarefas, como consta na BNCC, a torna como base da reprodução das aulas e dos cronogramas elaborados. 5. Dessa forma, são reproduzidos formas e meios de “dar conta” desses conteúdos de maneira rápida e objetiva, quando se torna dificultoso, por exemplo, atender as demandas do alunado ou propor aulas diferenciadas: que exigem tempo maior para o planejamento e sua execução; 6. A partir dos sistemas de avaliação, como o ENEM e outros, há prioridade maior e objetiva em relação a alguns temas na história detrimento de outrem. No meio dos cursos de pré-vestibular, tal como um “concurso”, costuma-se “ajustar” os conteúdos dos próximos anos conforme as questões do ano anterior afim de tentar buscar alguma coerência.

A propósito, não apenas o conteúdo do Pré-Vestibular, mas, conforme a orientação e da cultura escolar, o ajuste é feito para todo o Ensino Médio, como forma de preparação “etapista” para a prova. Dessa forma, o ENEM circunscreve todo o processo escolar como objetivo-fim, em grandes redes privadas de ensino, corroborando para o elemento *fetichista* e clientelista em relação à educação. O “professor de novo tipo”, portanto, deveria se adequar aos objetivos educacionais destinados as avaliações externas, ao trabalho voltado ao currículo prescrito através do uso dos sistemas apostilados. De maneira “objetiva”, entendendo o aluno como uma “tábula rasa” pelo qual aquele “desvia” de temas “polêmicos”, priorizando a todo instante aquela avaliação e da forma como é cobrada.

Ao fim, as escolhas dos professores, tendem a não serem gerenciadas em função das demandas ou do projeto ético-político para aquela turma, mas sim, em razão primeira dos sistemas de avaliação. Portanto, não à toa, nota-se que essa *burocratização* e rigidez das aulas desconsideram as demandas e questionamentos

feitos pelos alunos, tornando a aula maçante uma vez que a prioridade não é a produção de conhecimento dentro de sala e de forma mediatizada, mas sim, o cumprimento do currículo escolar.

Mesmo que, em alguns momentos, se tente “nadar contra a maré”, a tarefa daquele docente prevalece; transformando a sala de aula num espaço de distanciamento, segregação entre os saberes e reforçando o neotecnicismo. Reforçamos que pensar o trabalho docente requer lidar e atuar com as contradições provocadas na estrutura do capitalismo que, ao longo da sua expansão cria e recria condições a partir das múltiplas formas de precarização do trabalho docente, estando afinadas com a mercantilização e mercadorização da educação.

A precarização do trabalho docente e de quem trabalha, portanto, nos parece os meios encontrados pelas burguesias brasileiras, no campo educacional, de tornar possível a valorização do valor e da conformação dos futuros trabalhadores. Dessa forma, o apressamento em relação a cumprir o currículo estabelecido, fortalece formas e práticas antiquadas, uma vez que há um novo padrão de professorado ou o “professorado de novo tipo”: o que consegue cumprir os prazos e nas demandas intensificadas a partir da BNCC.

O espaço de discussão dos elementos fundamentais da vida em sociedade, da realidade objetiva e das contradições são cada vez mais cerceadas neste último quadro histórico. E a História não foge a esta regra, o documento fortalece a história dos vencedores, afastando a possibilidade de ressignificação do passado e neste sentido, das dimensões de transformações do presente, ademais, do esperar da construção de um mundo novo para professores e alunos. Claro, seria ingênuo acreditarmos que os sistemas educacionais, claro, com resistências inúmeras e de formas diversas, forjado no empresariado e no golpe de 2016, dariam as armas necessárias para desmistificar a realidade

*O homem coletivo sente a necessidade
de lutar
(C.Science – Monólogo ao pé do ouvido)*

5. PRODUTO PEDAGÓGICO: *CAFEZINHO DO PROFESSOR*

Como forma de apresentar as discussões feitas ao longo do texto sobre as atuais condições do trabalho e vida docentes, propomos a elaboração de um vídeo informativo e *didatizado*, de algo em torno de 5 a 10 minutos, com título descrito acima, destinado especialmente aos professores da rede básica de educação. O vídeo pode ser acessado pelo link ao final deste trecho do texto.

Acreditamos que esse material possa ser divulgado em centros de referências, de encontro e formação política dos professores, como meios de fomentar o debate e a reflexão referida. Utilizaremos uma linguagem mais cotidiana e acessível ao professorado, mas sem perder a complexidade da análise. Partiremos de elementos costumeiros da vida do professor – como o próprio café, da sala dos professores, tempo de aula- para e com o professorado mobilizar as discussões feitas aqui propondo a reflexão das dimensões da precarização que afetam, neste contexto, a vida docente.

Neste sentido, sem maiores pretensões, entendemos que o vídeo em si possa somar com as ações e esforços já existentes dos intelectuais citados ao longo do nosso texto nas suas frentes de ação. Além de endossar a luta dos próprios professores para no mínimo, melhorar alguns dos sintomas da *precarização do homem que trabalha* (LUKÁCS, 2014).

Portanto, em especial, pretende-se com este material colaborar com a denúncia do *Empresariamento* da educação brasileira; do debate propositivo em torno da educação emancipadora, ao contrário do que se verifica a partir da BNCC; da precarização do trabalho docente. Três temas vitais que confluem os esforços para o enfrentamento destas condições forjadas no último capitalismo, entendendo-os como ações que não se limitam por ações individuais e isoladas. É reforçando as estratégias de resistências coletivas mesclando elementos históricos das organizações operárias, através do reforço dos sindicatos e associações afins, por exemplo, bem como explorar formas adequadas aos nossos tempos e já conhecidas, como as redes

sociais⁸⁸.

Uma vez que a forma de ser do capitalismo segrega e individualiza os trabalhadores nas suas formas de ser e no trabalho⁸⁹, revalorizar, reforçar e disputar os espaços de lutas coletivas do professorado, como Sindicato dos Professores do Município do Rio (SINPRO)⁹⁰ e do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação -RJ (SEPE)⁹¹ e seus potenciais real são vitais para a reaproximação dos professores-trabalhadores. Dando conta da sua elaborando formas de refletir sobre o seu trabalho, do estranhamento proporcionado pelo capitalismo, dos componentes curriculares bem como da sua formação ético-político-estético e, a partir disto, enrijecer um coletivo capaz de enfrentar as contradições do presente.

Por fim, acreditamos que, dada as complexidades dos temas trabalhados e da reflexão teórica, o vídeo possa ser o princípio, o pontapé para outros futuros trabalhos com esta destinação. Ou seja, ele não é um fim em si mesmo. Com isso, algumas ideias se fizeram presentes a partir do vídeo: da elaboração de um curso de formação para os trabalhadores da educação e do professorado naqueles espaços; da composição de grupos de estudos voltado para os professores; por fim, da elaboração de uma página nas redes sociais (como o Instagram) conjugando as informações expostas em nosso trabalho, como o vídeo, junto das interações e experiências docentes diversas.

No entanto, adequado a proposta do nosso produto pedagógico e do trabalho final, segue abaixo um pequeno planejamento imaginando uma situação nosso material poderia ser usado:

⁸⁸ Destaco as ações aqui de alguns intelectuais militantes críticos/ anticapitalistas, nas redes sociais, como no *Instagram*. Na crítica ao Capital e na propagação das armas da crítica: Gustavo Gaiofato [*Instagram*: @historiacabeluda/ <https://www.instagram.com/historiacabeluda/> consultado em 20 de dezembro de 2022]; Sabrina Fernandes [*Instagram*: @teseonze / <https://www.instagram.com/teseonze/> consultado em 20 de dezembro de 2022]; Jones Manoel [*Instagram* @jones.manoel/ <https://www.instagram.com/jones.manoel/> consultado em 20 de dezembro de 2022]; Hiago Soares [*Instagram*: @h,iagosoares/ <https://www.instagram.com/h.iagosoares/> consultado em 20 de dezembro de 2022]; dentre outros.

Nas lutas do professorado, a professora Amanda Moreira, que nos serviu como base para as reflexões da precarização do trabalho docente, realiza um trabalho de interesse no *Instagram* [@amanda_mds / https://www.instagram.com/amanda_mds/ consultado em 20 de dezembro de 2022] Outra ação a ser destacada, é do professor Giulio [*Instagram* @cafecomeducação/ <https://www.instagram.com/cafecomeducao/> consultado em 20 de dezembro de 2022];

⁸⁹ Como exploramos o exemplo da *uber*.

⁹⁰ Referência dos Sindicato dos professores das escolas privadas do Rio.

⁹¹ Referência de Sindicato dos professores das escolas públicas.

Acesso ao Vídeo disponível no YOUTUBE:

Que não nos falte café. 29 de set. de 2022.

<https://www.youtube.com/watch?v=QmR1Q0J7jQ8>

Atividade B: “Ciclo de palestras sobre a precarização do trabalho docente e a BNCC”

Público Alvo: destinado aos professores do Ensino básico da Educação, trabalhadores da educação e a comunidade escolar;

Espaço: físico (pátio da Instituição escolar ou do Sindicato) ou virtual;

Duração: 150 minutos

Divulgação: Redes sociais;

Observação: Oferecemos certificado de horas pela participação;

Tema: Precarização do trabalho docente e as relações com a BNCC

Problema: Como se dá a precarização do trabalho docente atual e quais fatores contribuem para a precarização do trabalho docente?

Objetivo Geral:

· Compreender como a BNCC e o seu conteúdo são reflexos das ações das frações burguesas para mercantilizar e pautar a educação brasileira; .

Objetivos Específicos:

- Possibilitar a compreensão da inserção do Brasil no mundo capitalista atual e do mundo do trabalho;
- Identificar as burguesias brasileiras neste contexto e suas vinculações;
- Possibilitar a compreensão da relação entre o capitalismo atual, a *uberização* e as formas de precarização;
- Definir o empresariamento da educação brasileira e seu papel nas políticas educacionais recentes;
- Apresentar e desmistificar o processo de mercantilização, *mercadorização* da educação;
- Apresentar como a precarização do trabalho se apresenta na vida e no trabalho docentes;
- Discutir o conceito de professorado de novo tipo;

Conceitos/Noções: Democracia Liberal Burguesa; Precarização do trabalho docente/ uberização; Capitalismo dependente; Capitalismo tardio; Empresariamento da educação; Mercadorização; Mercantilização; Base Nacional Comum Curricular; Professorado de novo tipo;

Procedimentos e Estratégias:

- Apresentações e cumprimentos (5 minutos);
- Exibição do material audiovisual produzido anteriormente (5-10 minutos);
- Apresentar e contextualizar o material exibido, fazendo questões que servirão de norteadoras para a explanação a seguir (10 minutos);
- Exposição dialogada sobre o os sintomas da precarização docente: a massificação das aulas, o cotidiano apressado e de muito trabalho (30 minutos);
- Explanação da atuação do empresariado brasileiro na atual democracia, quem são e quais os interesses na educação (30 minutos);
- Apresentação expositiva da categoria “professorado de novo tipo” e os condicionamentos históricos e econômicos (20 minutos);
- Espaço destinado a perguntas e debates (30 minutos);

Recursos utilizados:

- Notebook;
- Data Show;
- Equipamento de Som;
- Microfone;

Avaliação

- Solicitaremos, aos que se dispuserem a fazer, uma pequena avaliação no final do evento possibilitando o feedback do público presente;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos [...]” (RIBEIRO, 1986, p.10)

Como se sabe, a luta pela educação pública de qualidade e visando a formação integral humana foi uma grande bandeira política de Darcy Ribeiro, tendo como exemplo os CIEP's (Centros Integrados de Educação Pública) no estado do RJ, enquanto esteve como Secretário Estadual de Educação, durante o primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987). Guardados as devidas problematizações, apesar de passadas três décadas daquela clássica frase proferida, seu sentido ainda reverbera de forma atual e objetiva a centralidade do problema da educação brasileira. E também promove uma reflexão a qual pretendemos finalizar o nosso trabalho apresentado até aqui, sobre a precarização do trabalho docente mediante a sociabilidade do capital e o empresariamento da educação brasileira, em conjunto com o produto educacional exposto anteriormente

Algumas das lutas de Darcy foram concretizadas, como os próprios CIEP'S, No entanto, completamente modificadas: qualidade se tornou sinônimo de aprendizagem pelas capacidades; e expansão da educação pública, nos moldes do Capitalismo tardio, como demonstramos no nosso texto sinônimo de precarização⁹².

Para os professores, a escola neoliberal foi transformada em ambiente de inúmeras demandas colossais e controles diversos pautados por avaliações externas e internas, com prazos curtos entre elas e muitas vezes sem sentido. A qual também precisa bater metas, “dar conta” das aulas em prazos igualmente curtos, entre estas avaliações. Com condições salariais, condições de trabalho e ao mesmo tempo, altas jornadas de trabalho sendo comuns a vida desse novo professorado, pelo qual o Capital, busca, não sem resistências, a formatar à esta realidade;

Isto é, se é a crise na educação é um projeto, é um projeto de classe que destina a educação pública a formar os futuros trabalhadores que, no contexto atual, estejam condicionadas as relações de trabalho sem contrato e as competências socioemocionais, para que este trabalhador seja *resiliente* a exploração constante e

⁹² A expressão disso no Estado do Rio foi o governador seguinte ao Brizola, em 1987, Moreira Franco que defendia a austeridade como política econômica. E após o segundo governo do Brizola, quando se tentou novamente reconstruir os Cieps, o então governador a assumir, Marcelo Alencar, em 1995-1999, cortou os investimentos e foi também um dos responsáveis pelo abandono do projeto.

as múltiplas formas de precarização; inclusive, a começar, no seu ambiente escolar. Ou seja, apartando os conhecimentos humanos produzidos e limitando as condições de aprendizado, baseado no neotecnicismo, privilegiando o mundo do trabalho: espaço objetivo da alienação humana e do estranhamento.

Em vida, Darcy Ribeiro também denunciava as inúmeras tentativas de privatização da educação pública brasileira, no seu sentido clássico-tradicional. Como expomos ao longo do nosso texto, a educação nos tempos atuais foi transformada num grande negócio, seja no setor privado da educação, a partir da massificação do acesso ao Ensino Superior e a formação de inúmeros intelectuais; o que gerou também a expansão deste “setor”, concentrando os capitais e dando origem a grandes conglomerados educacionais; que também pautam seus interesses dentro da sociedade política.

Ou diretamente na educação pública. Pela qual apontamos com maior clareza, o TPE e seus associados pautando as políticas públicas curriculares, como a BNCC e do contexto das contrarreformas explicitadas, que se pretende a educar o trabalhador para os novos tempos bem como pelas privatizações diretas e indiretas-possibilitando que a educação pública seja um grande negócio, em cadeia (de abastecimento de apostilas, assessoramento técnico-pedagógico, materiais pedagógicos e dentre outros), e com orientação pelas parcerias público-privadas; quando o setor público fica diretamente responsável pelas normativas diretas⁹³

Em resumo, entendemos que o atravessamento do empresariado em relação ao que é público e ao privado tem sido um dos fatores chave para a disputa e construção da hegemonia da burguesia brasileira, na sua forma de autocracia burguesa. Assim, entendemos que o nosso trabalho buscou demonstrar elementos fundamentais que visem não apenas a transformação da educação, das condições de trabalho do professor [de história] ou ainda, da educação que seja libertadora visando a emancipação humana, mas a pavimentação da superação coletiva destas condições históricas que dão conta de valorizar o mundo das mercadorias em detrimento dos sujeitos.

⁹³ Como no “projeto acelera de aprendizagem”, PPP do Estado do Rio de Janeiro com o Instituto Ayrton Senna.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, André. "A quem interessa a BNCC?". 24 de novembro de 2017. Site da Escola Politécnica de Saúde de Joaquim Venâncio, FIOCRUZ IN: [\[https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc\]](https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc)
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital**". Editora Boitempo. 2018
- ANTUNES, Ricardo. **O continente do Labor** Editora Boitempo. 2011
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2020
- ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV. 2019Sp: Ed. Boitempo.
- BIANCHI, Alvaro*. O Laboratório de Gramsci. São Paulo: Alameda, **2008**
- BRITO, L. L. d. **O intelectual e o desmonte do Estado no Brasil: Luís Carlos Bresser Pereira e o MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado)**. TESE (Doutorado em História): RJ, UFF.2016 P.236
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Versões 2015 e 2014*
- BRASIL. Plano Nacional de Educação (Lei 13.0005/2014)*. Vigência 2014-2024.
- CAETANO, M. Raquel *Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que base? In: Educação em Revista* V. 21 n.2(2020). Pp 65-82 disponível em: <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2020.v21n02.06.p65> acesso em 08 de Jun. de 2022
- COLL, César. **Psicologia e Currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do Currículo escolar**. 5. ed. São Paulo, Sp: Editora ática, 2007. 200 p.
- COUTINHO, Carlos Nelson, 1943. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. -- 4.ed. --São Paulo: Expressão Popular, 2011. 9
- COUTINHO, Carlos Nelson. Os intelectuais e organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CUNHA, Otávio Augusto *In: "Ideologia e Hegemonia burguesa no Brasil: o empreendedorismo como mistificação das massas"*, 16 de junho, 2020. Site Lapalavra < <https://lavrpalavra.com/2020/06/16/ideologia-e-hegemonia->

[burguesa-no-brasil-o-empendedorismo-como-mistificacao-das-massas-2>](#),
consultado em 08/04/2022

Evangelista, O., & Leher, R. *Todos pela educação e o episódio Costin no MEC: A pedagogia do capital em ação na política Educacional brasileira*. Revista Trabalho Necessário, ano 10(nº15). Niterói, 2012

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e Subdesenvolvimento** / 5. ed rev -São Paulo Global. 2008

FERNANDES, Florestan **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação de sociologia. Ed. Contracorrente, 2020

FONTES, Virgínia. “**Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho**” Marx e o Marxismo v.5, n.8, jan/jun 2017 (a)

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-imperialismo**: a teoria e a História. editoras da UFRJ e EPSJV/Fiocruz. 2010

FONTES, Virgínia. *Hegemonismos e política: que democracia?* In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) **Estado e formas de dominação no Brasil Contemporâneo**. Editora Consequência. 2017 (B)

FONTES, Virgínia. *Crise do Capital, Financeirização e Educação*. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 11, n. 3, p. 328-347, dez. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Ed. Paz e Terra, 14. Ed 2011

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 11 ed. RJ: Ed. Paz e Terra, 2001

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 54. ed. RJ: Ed. Paz e Terra, 2016

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 27 Ed. RJ, Paz e Terra: 1987

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

FERREIRA, Rodrigo de Almeida, PENNA, Fernando de A. , *O trabalho intelectual do professor de História e a construção da Educação Democrática*: práticas de História Pública Frente À Base Nacional Comum Curricular e ao Escola Sem

Partido *In*: org. ALMEIDA, Juniele, MENESES, Sônia: História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado/ SP, Letra e voz. 2018

FERRETTI, Celso João. *O pensamento educacional em Marx e Gramsci e a concepção de politecnia*. IN:

Trab.Educ.Saúde,RiodeJaneiro,v.7,suplemento,p.105-128,2009

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola. SP: 2017

JAMESON, Frederic, *Pós-modernismo, A lógica cultural do capitalismo tardio*

IN: "**A lógica cultural do Capitalismo tardio**". Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2918898/mod_resource/content/1/516_13_apoio_JAMESON_a%20logica%20cultural%20do%20capitalismo%20tardio_pos%20modernismo.pdf > Acessado em 04/04/22

JOST, Araci; SCLESENER, Anita Helena **TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA: observações acerca dos escritos de Marx**. In:6º COLÓQUIO

INTERNACIONAL MARX E ENGELS (GT 9 – Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo). Disponível em <

https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/trabalho-e-formacao-humana.pdf acessado em 20/08/2022>

LAMOSA, Rodrigo. **Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas**. Editora Appris. 2016

LAMOSA, Rodrigo (org). *As Frentes de Ação da Classe Dominante na Educação: Entre o Todos pela Educação e a Ideologia Escola Sem Partido*. In: LAMOSA, R. **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020, p.11-22.

LAMOSA, Rodrigo. A Nova Ofensiva do Capital na América Latina: todos pela educação? - **XXIX Simpósio Nacional de História**, 7, 2017, Brasília, DF. Anais (on-line). Brasília: Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos, História e Democracia, 2017. Disponível: <http://bit.do/fJFKN> Acesso em 22 de set de 2019

LAMOSA, Rodrigo; VIEIRA, N. **Todos pela educação?** Uma década de ofensiva sobre a escola pública. 2020. Curitiba. Ed. appris

LAMOSA, Rodrigo; SILVA, Nívea Silva (org.) Todos pela educação? uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas. 1ed.- Curitiba, 2020

LANZA, Luiza , 2022 ESTADÃO //In: *Grandes Bancos têm maior lucro nominal em 15 anos, afirma levantamento disponível em* <https://investidor.estadao.com.br/mercado/bancos-brasileiros-lucro-recorde-2021> consultado em 13 de Dez. de 21

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público/ SP: Boitempo. 2020

LIGOURI, G. ; VOZA, P. (orgs.) **Dicionário gramsciano** (1926-1937). SP, ed. Boitempo 2017.

LEHER, Roberto. Organização, estratégia política e o Plano Nacional de Educação, disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-Leher-Estrat%C3%A9gia-Pol%C3%ADtica-e-Plano-Nacional-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf> acesso em 31 ago. de 2022

LEHER, Roberto; VITTORIA, Paolo; MOTTA, Vânia. *Educação e mercantilização em meio a tormenta político-econômica do Brasil*, Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-17, abr. 2017.

LEHER, Roberto ;LAMARÃO, M.V.M. A disputa pelos recursos educacionais e o movimento todos pela educação: antigas e novas formas de privatização IN:LAMOSA, R.; VIEIRA, N. **Todos pela educação?** Uma década de ofensiva sobre a escola pública. 2020. Curitiba. Ed. Appris

LIMA, M.M.; MACEDO, J. M. IN: *Apresentação do dossiê & Fundamentos Teóricos e Metodológicos da precarização do trabalho docente* In: Revista Trabalho, Política e Sociedade (On-Line) Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Vol. II, nº 03. Nova Iguaçu (RJ): GTPS/UFRRJ, 2017.

LUKÁCS, György (2014) **Para uma Ontologia do Ser Social**, volume 2, Boitempo editorial: São Paulo.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017

MARX, Karl **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001

MÉSZAROS, István. **Educação para além do Capital**. SP. 2ª edição. Editora Boitempo, 2008.

MÉSZAROS, István. **O poder da Ideologia**. Editora Boitempo. 1ªed. 2004

MÉSZAROS, István. **A teoria da alienação em Marx.**/ SP. 1ªed. Boitempo, 2016

MARTINS, E.; KRAWCZYK, N. K. *Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'* IN: Revista Portuguesa de Educação, 31(1), pp. 4-20. 2016 20DOI: <<https://doi.org/10.21814/rpe.12674>>

MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Estado e formas de dominação no Brasil Contemporâneo**. Editora Consequência. 2017

MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Editora Consequência. 2014

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História*: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 93 -115.

NEVES, Rosa Maria Corrêa das e PICCINI, Cláudia Lino. **Crítica do Imperialismo e da Reforma Curricular Brasileira da educação Básica:** evidência história da impossibilidade de luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do Estado.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. **A Nova Pedagogia da Hegemonia -** Estratégias do Capital para Educar o Consenso. Ed. Xamã, 2005

NEVES, Lucia Maria Wanderley. *O professor como intelectual estratégico na disseminação da Nova Pedagogia da Hegemonia*. Disponível IN: 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO; disponível em

http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/qt05_trabencomendado_lucianeves.pdf, acessado em 30 de Ago. de 2022

OLIVEIRA, Marta k. de. **Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento, um Processo Sócio-Histórico**. Sp, 1997 Ed. Scipione. 4ª edição

RIBEIRO, D. *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Disponível em: http://www.biolingua.com/ling_cog_cult/ribeiro_1986_sobreoobvio.pdf acesso em 13 Dez. de 2022

RÜSEN, Jörn. **Didática da história:** passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa-PR, v.1, n.1, 15 jul./dez. 2006. Tradução de Marcos Roberto Kusnick.

SANTOS, João Vitor. *In: "A base Curricular que reverencia a lógica da Financeirização. Entrevista especial com Roberto Rafael Dias da Silva"*, 02 de dezembro de 2017, 2017. Instituto Humanitas Unisino *In:*

<<http://www.ihu.unisinos.br/159-oticias/entrevistas/574275-a-base-curricular-que-reverencia-a-logica-da-financeirizacao-entrevista-especial-com-roberto-rafael-dias-da-silva>> , consultado em 02/02/2022

SILVA, Amanda Moreira da. **Tempo e docência:** Dilemas, Valores e Usos na Realidade Educacional 2017. 1ªed. Paco Editora

SILVA, Amanda Moreira da. **A precarização do trabalho docente no século XXI:** o precariado professoral e o professorado estável formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras / Amanda Moreira da Silva. Tese -- Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Amanda Moreira da ; MOTTA, Vânia Cardoso da. *O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público:* Roteiro, Joaçaba, v. 44, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2019 disponível em: <https://doi.org/10.18593/r.v44i3.20305>, consultado em 20 de Março de 2022

PASSOS, Carmensita Matos Braga. *Trabalho docente: características e especificidades*. DISPONÍVEL em:

https://ledum.ufc.br/arquivos/didatica/1/Trabalho_Docente_Caracteristicas_Especificidades.pdf/. acessado em: 20 de ago. 2022

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. / Carlos Zacarias de Sena Júnio, Demian Bezerra de Melo e Giberto Grassi (orgs.) **Contribuição à crítica da historiografia revisionista** Ed. Contexto. RJ, 2017

TARDIF, M., LESSARD, C. e LAHAYE, L. **Os professores face ao saber.** Esboço de uma problemática do saber docente em *Teoria & Educação*, nº 4, Porto Alegre: Pannônica, 1991. p. 215-233

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Docente.** Petrópolis: Vozes, 2002.

THIELE, M. E. B., & AHRLET, A. (2007) *Condições de trabalho docente: um olhar na perspectiva do acolhimento.* Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), Unioeste, Paraná, Brasil. Disponível:
< <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/857-4.pdf> acessado em: 20/08/2022 >

THOMPSON, E. P. *Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial.* In: _____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 267-304, 1998.